

IMMORTAL

Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal





Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design gráfico: Câmara Municipal de Moura | Gabinete Comunicação e Relações Públicas

Foto capa: Zambrano Gomes

Impressão: Gráfica Comercial de Loulé

Tiragem: 100 exemplares

Depósito Legal: 489706/21

ISSN: 2184-9587

Nota de Abertura

O número 3 da Revista Municipal “Lacant” representa mais uma etapa deste projeto de divulgação que a Câmara Municipal de Moura decidiu colocar ao dispor dos investigadores que se dediquem ao estudo do nosso território, da sua história e das suas gentes. Um dos principais objetivos foi já atingido sendo que temos cumprido a periodicidade da sua publicação, e se tivermos em conta que a sua 4ª edição está praticamente completa e, inclusivamente, há artigos agendados para uma 5ª edição. Estamos pois convencidos relativamente à validação desta nossa decisão e à sustentabilidade do projeto.

Esta revista merece ser ainda mais valorizada se tivermos em atenção que todo o processo de conceção, preparação e lançamento, resulta da ação coletiva de uma equipa composta exclusivamente por colaboradores da autarquia. Esta opção, perfeitamente consciente e assumida, está diretamente relacionada com a capacidade de organização que é necessária que exista, para levar a bom porto e de forma coerente e articulada, o plano integrado de iniciativas ligadas ao estudo, proteção e divulgação do património concelhio. A Revista Municipal “Lacant” não surge como uma iniciativa isolada, mas está integrada numa estratégia de valorização do nosso património, servindo uma intenção nobre de divulgação da nossa história e identidade.

Mais do que um dever, a partilha da informação resultante de trabalhos de investigação, é uma dádiva preciosa a quem ousa folhear as suas páginas.

Gostaria ainda de deixar, em nome da Câmara Municipal de Moura, um agradecimento a todos os autores que colaboraram nesta edição. As gerações futuras são vossas devedoras.

A Vereadora da Cultura

Lurdes Pé-Curto Balola

Introdução

Os trabalhos arqueológicos realizados no local de construção do edifício do Posto de Recepção ao Turista (PRT) permitiram-nos, pela primeira vez, registar a sequência de ocupações do Castelo de Moura desde o nível geológico até à actualidade (Fig.1). Tivemos tanto a possibilidade de escavar aquela que poderá ter sido a ocupação humana mais antiga do local, correspondente ao início do século IV a.C, como a obrigação de acompanhar e registar o desmonte mecânico dos pavimentos de saibro, ali colocados durante os trabalhos de recuperação do recinto do castelo, no início do século XXI.

Esta segunda parte do estudo das cerâmicas do período islâmico comumente designadas como decoradas em “verde e manganês”, é direccionado para os fragmentos cerâmicos deste tipo ali encontrados. São, na sua grande maioria, provenientes da Unidade Estratigráfica [1206], uma das muitas fossas detríticas que pontuavam toda a área intervencionada (Fig.2).

Como referi em trabalho anterior¹, não se pode excluir a hipótese de nas escavações de Jorge Pinho Monteiro terem sido escavados contextos preservados com cronologia dos séculos X ou XI. No entanto, os registos que chegaram até nós não nos permitem afirmar que tal tenha acontecido e a relativa frequência com que fragmentos cerâmicos desta natureza são encontrados fora de contexto apenas acentuam o grau de incerteza. Daí que a fossa [1206] ganhe particular importância por se tratar do primeiro contexto arqueológico do castelo de Moura com materiais dos séculos X e XI a ser devidamente escavado e registado.

Foram ainda identificadas várias outras estruturas de cronologia islâmica, mas já integráveis nos séculos XII-XIII. Nomeadamente três muros que partilham entre si algumas características, como as suas fundações cortarem níveis da Idade do Ferro e de a cota de implantação andar próxima dos 186m. A orientação dos alinhamentos, no sentido NO-SE, o tipo de aparelho e a matéria prima utilizada, são características também coincidentes com as de outras estruturas de cronologia dos séculos XII-XIII, identificadas na alcáçova e na campanha de 2012 da escavação da zona do auditório do PRT. Neste último caso, até a cota de implantação é muito semelhante. Foi ainda detectado um conjunto de estruturas negativas correspondentes também a fossas detríticas. Uma delas, a unidade [304], continha no seu interior restos de fauna e cerâmica datável do século XII-XIII.

Também a última unidade escavada na sondagem 3, durante a campanha de 2009, nos serve de referência cronológica. Cobria as unidades [323] e [347] e, de acordo com informação de Vanessa Gaspar, é enquadrável no século XIII.

O contexto

A fossa [1206] (Fig.3) era, basicamente, um buraco aberto no sedimento de formato circular e perfil cilíndrico, com cerca de 1.65m de diâmetro e 1.94m de profundidade conservados (já havia sido parcialmente escavada mecanicamente na sua parte superior (Figs. 4). Continha no seu interior sedimento de cor castanha escura, de matriz argilo-arenosa, com pequenas bolsas de tonalidade amarela de sedimento argiloso, medianamente compacto, bem como elementos pétreos de natureza calcária de médio a grande calibre. Relativamente à componente artefactual, foram recuperadas apreciáveis quantidades de espólio arqueológico de cronologia islâmica, nomeadamente cerâmica comum, pintada e com decoração a verde e manganês, vidro e uma escápula de bovino com inscrição (Fig.5). Esta fossa cortava várias camadas da primeira metade do século IV a.C. Os restantes dois fragmentos apareceram fora de contexto: um na fossa detritica [302], de cronologia moderna, e o outro [PRT10/AO/Vala2] foi encontrado durante o acompanhamento das escavações mecânicas.

A cerâmica

No total foram recuperados 18 fragmentos de cerâmica com decoração policroma. Cinco deles correspondem a formas fechadas e os restantes treze a formas abertas, nomeadamente a tigelas. Estas últimas são de corpo semiesférico, por vezes achatado, assentando em fundo plano ou em pé baixo em anel, que por vezes é moldurado. A pequena dimensão dos fragmentos correspondentes a formas fechadas, são de mais difícil reconstituição e parecem corresponder a jarras e bilhas.

As temáticas decorativas variam muito, embora as predominantes sejam as de natureza geométrica e fitomórfica. Todas as peças foram executadas em torno rápido e cozidas em ambiente tendencialmente oxidante.

A técnica decorativa utilizada é semelhante em todas as peças e consiste em uma das superfícies (exterior nas formas abertas, interior nas formas fechadas) ter sido coberta por vidrado de tonalidade que varia entre o verde claro e o melado, com a outra (interior nas formas abertas, exterior nas formas fechadas) a receber aplicação de decoração de temática variada, executada em verde e negro sobre fundo branco.

Nas formas fechadas, a decoração é exclusivamente de temática geométrica e fitomórfica. Nas formas abertas, apesar de uma maior variedade decorativa, as decorações fitomórficas e geométricas também prevalecem.

Paralelos e cronologia

Os fragmentos de tigelas, catalogados com os números PRT10[1206]-6 e PRT10[1206]-7, apresentam decoração composta por bandas de círculos concêntricos, executados a verde, com a particularidade de a primeira mostrar, na zona superior, o que parece ser arranque de semicírculo delineado a negro. Em ambos os fragmentos as bandas circulares de cor verde, contornadas a negro, encontram-se separadas por ponteados desta mesma cor aplicado sobre o fundo branco. Os paralelos para esta decoração são bastante comuns no ocidente da península Ibérica e possuem uma significativa amplitude cronológica (continua a ser utilizada em cerâmicas decoradas com a técnica da “corda seca” total). É recorrente este padrão fazer parte de composições decorativas mais complexas, em conjunto com motivos zoomórficos, fitomórficos e epigráficos. Em Niebla, duas tigelas atribuídas ao século XI² mostram o mesmo tipo de decoração, excepto no facto de apresentarem motivo triangular em vez de semicircular. Em Silves, surge uma peça com zoomorfo envolvido por bandas concêntricas, proveniente do lado oriental da escavação da torre albarrã, com cronologia atribuída aos séculos IX-X³. A mesma associação de motivos surge em peças encontradas em Jerez de la Frontera, com cronologia entre os finais do século X e o XI⁴. A variante com decoração fitomórfica surge em Niebla⁵ e no Castelo Velho de Alcoutim⁶, inseridas cronologicamente no século XI. Um outro exemplo surge em Silves, proveniente da alcáçova e incluído nos séculos X-XI⁷. Em Mértola envolvem motivos geométricos interpretados como diamantes ou pirâmides, sendo-lhes atribuída uma cronologia do século XI⁸. Em Jerez de la Frontera, peças com este tipo de decoração associada a motivos epigráficos⁹, foram integradas no século XI, bem como outras que apenas conservavam a porção decorada com círculos concêntricos¹⁰. Relativamente às duas peças de Moura apesar das limitações inerentes às características dos fragmentos, parece-nos que será adequado, tendo em conta os paralelos decorativos encontrados, propor a sua integração no século XI.

Bastante comuns neste tipo de cerâmica são também as decorações fitomórficas, particularmente, as composições radiais com representação de séries de “bolbos de lótus”, dispostos perpendicularmente ao bordo de tigelas ou sobre o exterior de formas fechadas. Este motivo parece generalizar-se já durante o período das 1^{as} Taifas, surgindo sobretudo na área geográfica do gharb, à semelhança do que sucede com as decorações de círculos concêntricos¹¹. Há paralelos decorativos conhecidos em Évora, em peças

² Perez et al., 1993, p.60, figs.13 e 14

³ Gomes, 1999, p.987

⁴ González et al., 2016, p.107, 108, 173

⁵ Perez et al., 1993, p.59, fig.12

⁶ Catarino, 1998, p.1098, est.XII/6 e p.1132, est.XLVI/4

⁷ Gomes, 1998, p.48

⁸ Gómez, 1993, p.124, fig.42

⁹ González et al., 2016, p.172

¹⁰ Ibid., p.51, 98, 175

¹¹ Ibid., p.69

provenientes das escavações realizadas no Museu Municipal¹² e no Templo de “Diana”¹³; em Lisboa, na rua dos Correeiros, surge sobre uma tigela, referenciada como sendo de fabrico Sevilhano¹⁴; em Silves¹⁵; em Jerez de la Frontera, onde surge como um dos motivos mais frequentes¹⁶; de Mértola conhecemos duas peças, uma proveniente da Alcáçova e outra do Criptopórtico¹⁷.

Tanto a peça PRT10[1206]-13, como o fragmento PRT10[AO]vala2, enquadram-se perfeitamente nos paralelos decorativos e formais referidos anteriormente, devendo inserir-se já no período das 1^{as} Taifas. A peça PRT10[1206]-10 é, de entre os três exemplares deste conjunto com este tipo de decoração, a que apresenta um fabrico mais cuidado. Não conseguimos identificar paralelos formais para peças com a combinação entre bordo biselado delimitado no exterior por canelura e assente em fundo plano. No entanto, em Jerez de la Frontera, foi encontrado um exemplar, datado do início do século XI, bastante semelhante tanto em termos formais como decorativos, apesar de possuir maiores dimensões, bordo extrovertido com secção semicircular e o conjunto de 10 bolbos disposto radialmente, se articule com motivo central diferente¹⁸.

No fragmento de fundo PRT10[1206]-8, apesar das suas pequenas dimensões, consegue-se ainda discernir porção da sua decoração que, ao que tudo indica, corresponderia a conjunto de motivos triangulares, representando lótus dispostos radialmente sobre a superfície interior do fundo, surgindo em contextos datados da segunda metade do século X¹⁹, podendo atingir o início do século XI²⁰.

Devido às reduzidas dimensões conservadas, não conseguimos encontrar paralelos para os dois fragmentos de paredes de tigelas PRT10[302] e PRT10[1206]-9. No entanto, a decoração de natureza geométrica aplicada sobre a superfície interior ainda visível, apesar de não reconhecível na sua plenitude, é composta por elementos utilizados de forma recorrente em composições geométricas e/ou vegetais de cerâmicas produzidas nos séculos X-XI.

Os fragmentos de bordos PRT10[1206]-15 e PRT10[1206]-16, de secção semicircular levemente extrovertidos, limitados no exterior por linha executada a verde e com decoração sobre o interior do bordo composta por semicírculos, têm bons paralelos formais em tigelas datadas do final do século X /início do século XI, encontradas em Silves, Faro e Mértola²¹. A decoração de semicírculos executados a negro sobre o bordo, por sua vez, é relativamente comum em cerâmicas deste período, encontrando-se frequentemente associada a peças com composições decorativas complexas, como as séries de bolbos de lótus dispostos

¹² Filipe, 2012, p.110

¹³ Teichner, 1998, p. 25

¹⁴ Bugalhão et al., 2007, p.341

¹⁵ Gomes, 2006, p.94 e 272

¹⁶ González et al., 2016, p.104, 107, 143, 152, 153, 154, 174, 178

¹⁷ Gómez, 2004, p.1738 e 2198

¹⁸ González et al., 2016, p.107

¹⁹ Gómez, 2004, Inv. CR/VM/0002

²⁰ González et al., 2016, p.113

²¹ Gonçalves et al., 2015, pp.1034-1035

radialmente. Os traços perpendiculares ainda observáveis nos nossos fragmentos, desenvolveriam-se na direção do fundo, delimitando os limites das cartelas nas quais os elementos decorativos estariam integrados como, aliás, é ainda visível nas peças PRT10[1206]-10 e PRT11[1206]-13. O fragmento PRT10[1206]-14, com lábio de secção extrovertida, espessado no exterior, tem paralelos formais em múltiplas variantes tipológicas de tigelas, com cronologias que variam entre os séculos X e XI²². A decoração enquadra-se igualmente nessa cronologia, apesar de ser mais comum em cerâmicas produzidas já durante o período taifa²³.

As semelhanças entre pasta, tratamento de superfícies e técnica decorativa dos fragmentos PRT10[1206]-11 e PRT10[1206]-12, apesar de não oferecerem colagem, parecem indicar que poderão ter feito parte da mesma peça. Os paralelos que identificámos para peças com decoração epigrafada também parecem reforçar esta hipótese, em particular as peças que apresentam representação de palmetas, muito esquemáticas, inseridas em cartelas executadas na zona medial da superfície interior da peça²⁴. Das escavações no criptopórtico de Mértola é proveniente um fragmento, com cronologia do século XI, muito semelhante ao PRT10[1206]-12²⁵, tanto em termos formais como decorativos, apesar das maiores dimensões da peça de Mértola.

As formas fechadas com decoração policroma deste período surgem em menores quantidades. Têm, apesar disso, um repertório formal mais diverso, o que para o nosso caso, tendo em conta a dimensão dos fragmentos, coloca dificuldades acrescidas à sua correta classificação.

Os três fragmentos de corpo PRT10[1206]-1, PRT10[1206]-2 e PRT[1206]-17, pertencentes a uma garrafa ou bilha, com motivos decorativos de natureza geométrica e fitomórfica, parecem fazer parte da mesma peça. Todos têm pastas cinzentas no interior e alaranjadas no exterior, as superfícies externas cobertas por esmalte branco sobre o qual se executou decoração a verde e negro e o interior coberto por vidrado verde claro. Estas peças possuem, normalmente, corpos piriformes ou de tendência globular com decorações sobretudo de natureza fitomórfica. Não conseguimos encontrar paralelos decorativos exatos, embora haja algumas semelhanças com as composições vegetalistas associadas a séries de círculos com elementos fitomórficos ou geométricos no seu interior, geralmente inseridos em bandas e dispostos horizontalmente, que são relativamente comuns em exemplares do final do século X/início do século XI²⁶

Para a peça PRT10[1206]-3 não conseguimos identificar paralelos formais ou decorativos. O tipo de bordo, com lábio de perfil triangular, é semelhante ao de duas garrafas do início do século XI encontradas no Alcázar de Jerez de los Caballeros²⁷. Apesar de não termos encontrado nenhum exemplar com bordo

²² Gómez, 2004, p.3968; Gonçalves et al., 2015, p.1034

²³ González et al., 2016, p.107

²⁴ González, 2016, Cat.36 e 37

²⁵ Gómez, 2004, fig.98

²⁶ Malpica, 2014, p.132-134, 136; González, 2015, p.135; Santos, 2015, Peça – EVR-T-196/2

²⁷ González et al., 2016, p.167

semelhante, o diâmetro (53mm) da peça de Moura aproxima-se mais do registado em algumas jarras e, em particular, de uma bilha decorada em corda seca total, encontrada nas escavações da Rua do Sembrano em Beja²⁸.

O fragmento de bojo PRT10[1206]-5 pertenceria, muito provavelmente, a uma jarra decorada com cordão da eternidade, inserido em cartela disposta horizontalmente ao longo do diâmetro máximo do bojo da peça. Os paralelos formais e decorativos são relativamente abundantes. Em Mértola, por exemplo, este tipo de decoração é encontrada sobre o bojo de jarras ou bilhas, com cronologia da segunda metade do século X²⁹. A peça mais semelhante que encontrámos é, contudo, proveniente de Jerez de los Caballeros, da Calle Almendrillo, com cronologia do século X-XI³⁰

Conclusão

A importância do contexto PRT[1206] para melhorarmos o nosso conhecimento sobre o período califal tardio/taifa de Moura é bastante relevante. O conjunto de cerâmicas com decoração policroma ali recolhido, mostra-se bastante coerente em termos cronológicos, remetendo-nos para o século XI. A apreciável quantidade de cerâmica comum recolhida na mesma UE, apesar de se encontrar ainda numa fase muito preliminar do seu estudo (que esperamos concluir ainda em 2023), parece apontar para idêntica cronologia.

A importância de Moura ao longo do período taifa, já devidamente abordada de forma mais fundamentada noutros locais (Macias et al., 2013; Valente, 2021), conhece assim um novo contributo que vem reforçar, um pouco mais, algumas das hipóteses já anteriormente levantadas. Nomeadamente, a integração de Moura na rede de circuitos de comercialização deste tipo de cerâmica; a existência de alguma população com o gosto e capacidade económica suficientes para adquirir cerâmicas que certamente não estariam ao alcance de todos, bem como o importante papel que poderá ter sido desempenhado por Mértola na chegada destas cerâmicas à região e a Moura, em particular.

²⁸ Casmarrinha, 2013, p.162

²⁹ Gómez, 2004, p.596.

³⁰ González et al., 2016, p.178

Catálogo

Referência - PRT10[1206]-1

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Jarra/Bilha/Garrafa(?) Fragmento de corpo.

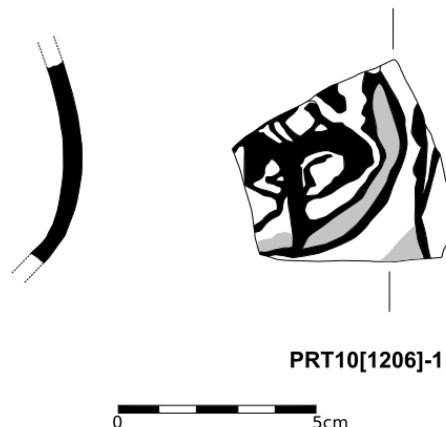
Pode fazer parte da mesma peça que PRT10[1206]-2 e PRT[1206]-17

Decoração - Na superfície exterior, sobre vidrado branco, aderente, brilhante e de boa qualidade, pode-se observar um possível motivo fitomórfico estilizado (flor de lótus?) executado a negro, no interior de círculo delimitado por duas linhas de manganés paralelas, preenchidas a verde. São ainda visíveis, duas linhas negras que se cruzam, sendo um dos espaços entre elas parcialmente preenchido a verde. O interior encontra-se coberto por vidrado verde claro, de boa qualidade.

Pasta - Cinzenta clara no interior e rosada no exterior, compacta, homogênea e bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e quartzítica, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Largura:45mm; Altura:47mm, Espessura Máxima:6mm; Espessura Mínima: 5mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



PRT10[1206]-1

Referência - PRT10[1206]-2

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Jarra/Bilha/Garrafa(?) Fragmento de corpo.

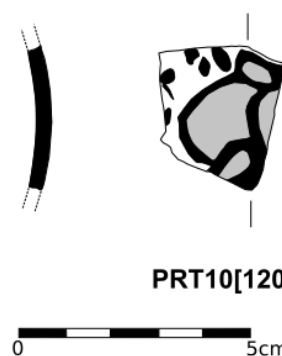
Pode fazer parte da mesma peça que PRT10[1206]-1 e PRT[1206]-17.

Decoração - Na superfície exterior, sobre vidrado branco, pode-se observar motivo fitomórfico, delineado a negro e preenchido a verde, bem como, no canto inferior direito, uma pequena porção, do que poderá ser um outro motivo similar. São ainda visíveis pontos negros, aplicados sobre o vidrado branco.

Pasta - Rosada no interior, bege no exterior. Compacta, homogênea e bem depurada, com elementos não plásticos de natureza quartzítica e xistosa, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura:30mm; Largura:28mm Espessura: 4mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



PRT10[1206]-2

Referência - PRT10[1206]-3

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

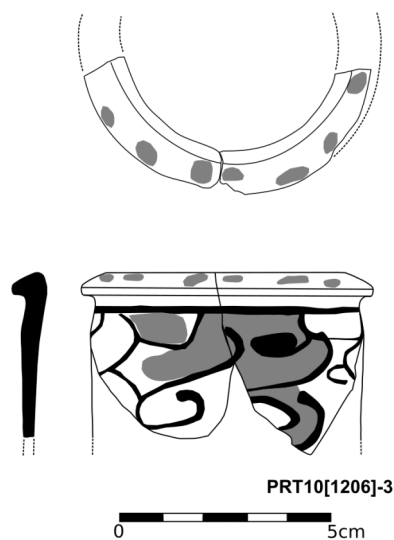
Forma - Jarra/Bilha (?). Dois fragmentos contendo porção de bordo com perfil triangular.

Decoração - Ambas as superfícies se encontram mal preservadas, no entanto é ainda visível que no exterior, sobre vidrado branco, logo abaixo de linha executada a negro que demarca a parte superior do bordo, foi executada decoração de natureza fitomórfica, composta por elementos elipsoidais. Apesar do mau estado de conservação nota-se ainda que alguns deles teriam o seu interior preenchido na cor verde. A superfície interna estaria coberta por vidrado verde, bastante deteriorado.

Pasta - Alaranjada. Muito compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro interno do Bordo: 53mm; Diâmetro externo do Bordo: 66mm; Altura: 47mm, Espessura Máxima:5mm; Espessura Mínima:4mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-5

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

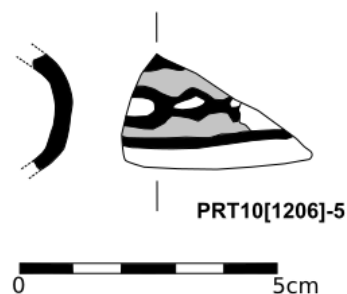
Matéria – Cerâmica

Forma - Jarra/Bilha. Fragmento de corpo.

Decoração - Ambas as superfícies encontram-se cobertas por esmalte branco. Sobre a exterior é visível banda delimitada a negro e preenchida a verde, sobre a qual se executou, também a negro, o que parece ser um cordão formado por duas linhas ondulantes que se entrecruzam.

Pasta - Alaranjada, com núcleo bege. Muito compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura:23mm; largura:37mm Espessura Máxima:4,5mm; Espessura Mínima:4mm Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-6

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento de corpo.

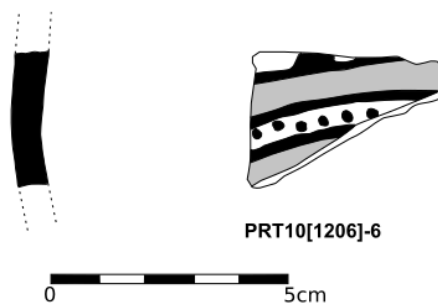
Decoração - Superfície exterior coberta por vidrado verde claro.

Na superfície interna, sobre vidrado branco, observam-se duas bandas concêntricas delineadas a negro e preenchidas a verde que alternam com banda com decoração ponteadada, executada a negro diretamente sobre o branco da superfície.

Pasta - Alaranjada. Muito compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa (?), quartzosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura:29mm; Largura:46mm; Espessura Máxima:7mm; Espessura Mínima: 6mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-7

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento de corpo.

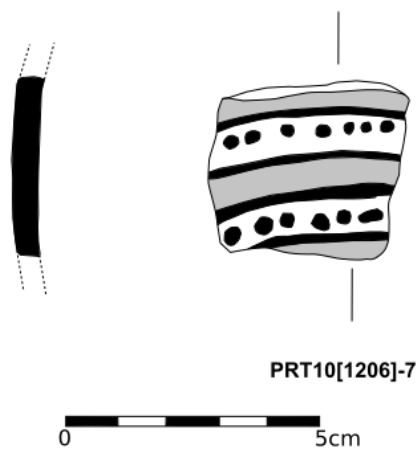
Decoração - Superfície externa, coberta por vidrado verde claro.

No interior observa-se um conjunto de 4 bandas concêntricas, onde intercalam as preenchidas a verde com as decoradas por ponteadado.

Pasta - Alaranjada clara. Muito compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura: 31mm, largura: 35mm; Espessura Máxima: 6mm; Espessura Mínima: 4mm.

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-8

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

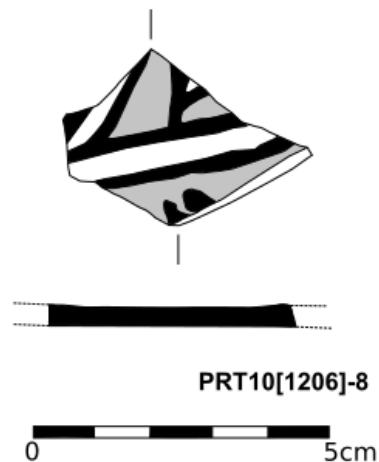
Forma - Tigela. Fragmento de fundo.

Decoração - Superfície externa coberta por vidrado verde. A decoração no interior poderá corresponder a motivos geométricos e/ou vegetais, executados a verde e negro sobre fundo branco.

Pasta - Rosada. Compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Comprimento: 42mm; Largura: 31mm; Espessura:4mm.

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-9

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

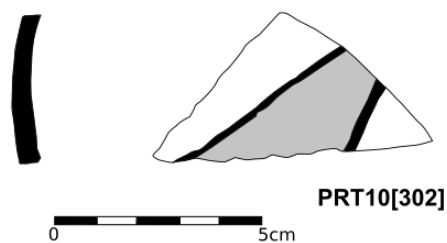
Forma - Tigela. Porção do corpo. São visíveis duas pequenas perfurações de formato circular.

Decoração - A superfície externa encontra-se coberta por vidrado branco. No interior, também sobre vidrado branco, executou-se a verde e negro decoração geométrica, talvez no interior de um círculo que delimitaria o fundo da peça.

Pasta - Rosada. Compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza quartzítica, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura: 36mm; Largura: 51mm; Espessura Máxima: 5mm; Espessura Mínima: 3,5mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-10

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento contendo porção do corpo e bordo.

Este mostra lábio de seção semicircular, ligeiramente espessado, biselado na sua superfície interior e delimitado por canelura no exterior.

Mostra perfuração na zona do bordo.

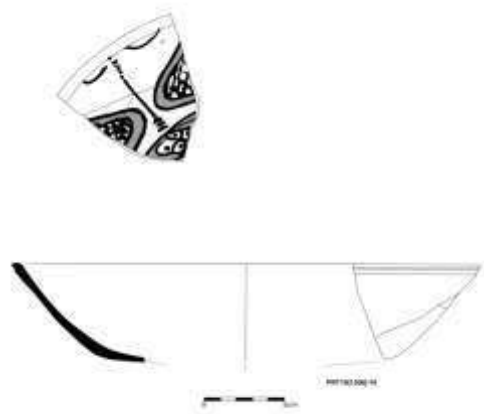
Decoração - Ambas as superfícies foram cobertas com vidrado verde claro. no interior, sobre o bordo, são visíveis dois semicírculos executados a negro, de entre os quais parte uma fina linha, rematada em ambas as extremidades por série de pontos, que dividem motivos vegetais (bolbos de lótus), dispostos perpendicularmente ao bordo e executados a verde e negro. Abaixo destes é ainda visível motivo vegetal, executado a verde e negro.

Pasta - Rosada. Compacta e homogênea, bem depurada, com elementos não plásticos de natureza xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro do Bordo: 295mm; Altura: 62mm,

Espessura Máxima: 7mm; Espessura Mínima: 4mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-11

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento contendo porção de corpo e pé.

Este é moldurado, baixo e em anel.

Decoração - Banda central, demarcada por linhas executadas a negro e preenchidas a verde, contendo representações esquemáticas de palmetas.

Pasta - Alaranjada. Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Largura: 41mm; Altura: 20mm; Diâmetro do Fundo: 25mm;

Altura do pé: 3mm; Espessura Máxima: 4mm; Espessura Mínima: 3mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-12

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento contendo porção do bordo.

Este é extrovertido, com secção semicircular.

Decoração - superfície externa e interna cobertas por vitrado branco. Sobre o bordo foram aplicados, de forma alternada, pingos de vitrado verdes e negros. No interior observa-se motivo epigráfico, com caracteres delineados a negro e preenchidos a verde.

Pasta - Alaranjada. Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro do Bordo: 196mm; Altura: 40mm; Espessura Máxima: 5mm; Espessura Mínima: 4mm.

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-13

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento contendo porção de bordo.

Este é extrovertido com lábio de secção semicircular.

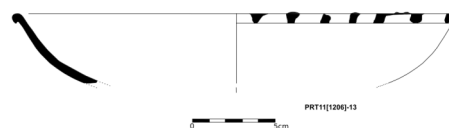
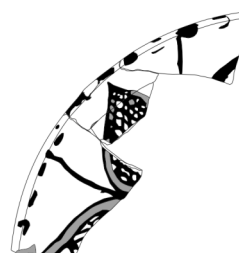
Decoração - A superfície exterior encontra-se coberta por vitrado de tonalidade verde clara. Sobre o bordo, foram aplicados pingos de vitrado negro a intervalos regulares. No interior sobre o vitrado branco. São ainda observáveis vestígios de três bolbos de lótus, executados a verde e negro, dispostos perpendicularmente ao bordo e separados por linha vertical de cor negra.

Pasta - Bege e alaranjada na secção externa.

Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro do Bordo: 270mm; Altura: 64mm; Espessura Máxima: 7mm; Espessura Mínima: 5mm.

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-14

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento de corpo e bordo. Este é extrovertido, espessado no exterior, com lábio de secção semicircular.

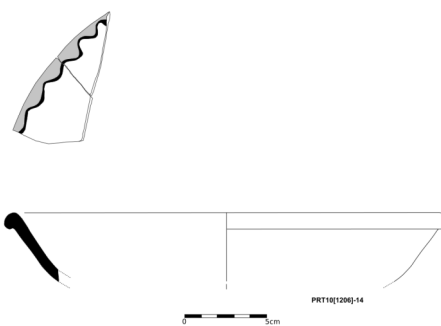
Decoração - O exterior encontra-se coberto por vitrado de cor verde clara. Sobre o vitrado branco que cobre o interior, é ainda observável linha ondulada, executada a negro, demarcando o verde que cobre a superfície interior do bordo.

Pasta - Bege e alaranjada na secção externa. Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro do Bordo: 267mm; Altura: 42mm;

Espessura Máxima: 7mm; Espessura Mínima: 6,5mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-15

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento contendo porção do bordo. Este é ligeiramente extrovertido e com lábio arredondado.

Decoração - O exterior encontra-se coberto por vitrado de tonalidade verde. O interior foi coberto por vitrado branco, sendo ainda visível no bordo, um semicírculo executado a negro e preenchido a verde, a partir do qual parte uma linha, também executada a negro.

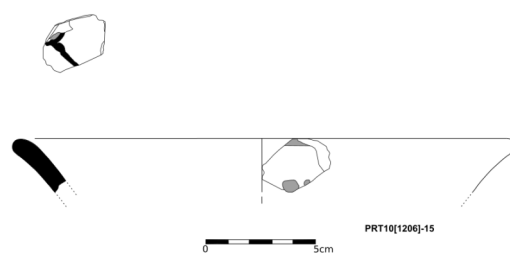
Pasta - Rosada. Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza quartzosa(?), calcária, xistosa e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro do Bordo: 227mm; Altura: 32mm;

largura: 38mm; Espessura Máxima: 8mm;

Espessura Mínima: 7mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-16

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento contendo porção do bordo.

Este é ligeiramente extrovertido, com lábio de secção semicircular.

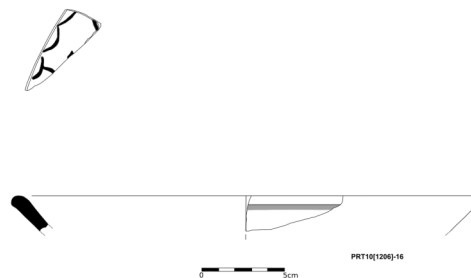
Decoração - O exterior tem as superfícies cobertas por vidrado verde, observando-se ainda uma banda em verde mais escuro, que demarca exteriormente o lábio do bordo. O interior, coberto por vidrado branco, mostra sobre o bordo um conjunto de semicírculos executados a negro, de um dos quais parte linha perpendicular ao bordo. Observam-se ainda, alguns vestígio de decoração executada a negro.

Pasta - Bege. Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza quartzosa(?) e micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Diâmetro do Bordo:277mm; Altura: 26mm,

Espessura Máxima:7mm ; Espessura Mínima: 6mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[1206]-17

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Jarra/Bilha/Garrafa(?) Fragmento de corpo.

Pode fazer parte da mesma peça que PRT10[1206]-1 e PRT10[1206]-2.

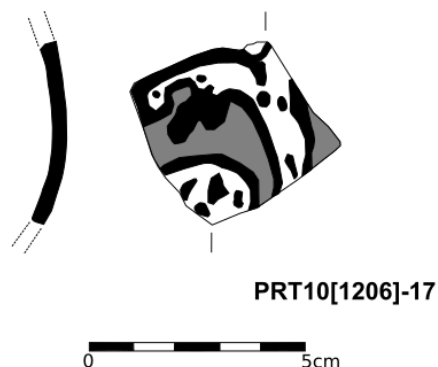
Decoração - Na superfície exterior, sobre vidrado branco, pode-se observar possível motivo fitomórfico, desenhado a negro e preenchido a verde, bem como séries de pontos negros, inseridos no que parece ser uma banda e um círculo delineados, na mesma cor, sobre a superfície branca. Mostra sinais de exposição ao fogo.

Pasta - Rosada no interior, bege no exterior. Compacta, homogênea e bem depurada, com elementos não plásticos de natureza quartzítica e xistosa, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura: 43mm; Largura: 49mm; Espessura Máxima:5mm;

Espessura Mínima: 4mm.

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10/AO/Vala2

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – XI

Matéria – Cerâmica

Forma - Tigela. Fragmento de corpo.

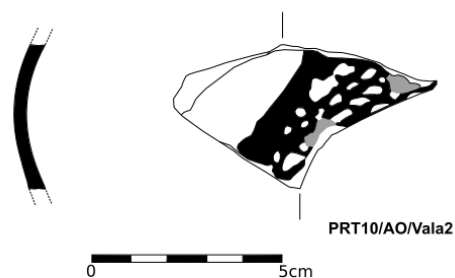
Decoração - A superfície externa encontra-se coberta por vidrado melado claro. No interior, sobre vidrado branco, observa-se ainda porção de bolbo de lótus, executado a negro e verde.

Pasta - Bege. Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza micácea, de grão fino a finíssimo.

Dimensões – Altura: 35mm, Largura: 64mm;

Espessura Máxima: 6mm; Espessura Mínima: 4mm

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Referência - PRT10[302]

Proveniência – Castelo de Moura

Cronologia – X-XI

Matéria – Cerâmica

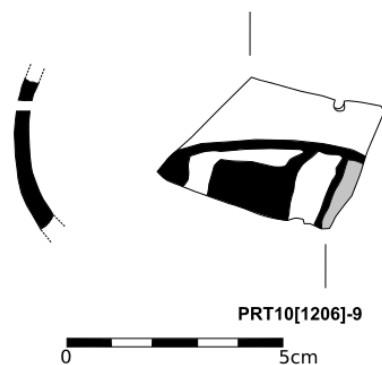
Forma - Jarra/Bilha. Fragmento de corpo.

Decoração - A superfície exterior encontra-se coberta por vidrado melado, com nuances esverdeadas. No interior é visível motivo geométrico, delineado a negro e preenchido a verde, executado sobre o vidrado branco que o cobria.

Pasta - Rosada com núcleo bege, Compacta e homogênea, muito bem depurada, com elementos não plásticos de natureza micácea e calcária(?) de grão fino a finíssimo

Dimensões – Altura: 68mm; Altura: 39mm; Espessura Máxima: 6mm; Espessura Mínima: 5mm.

Depósito - Museu Municipal de Moura.



Imagens



Fig.1 - Corte SO

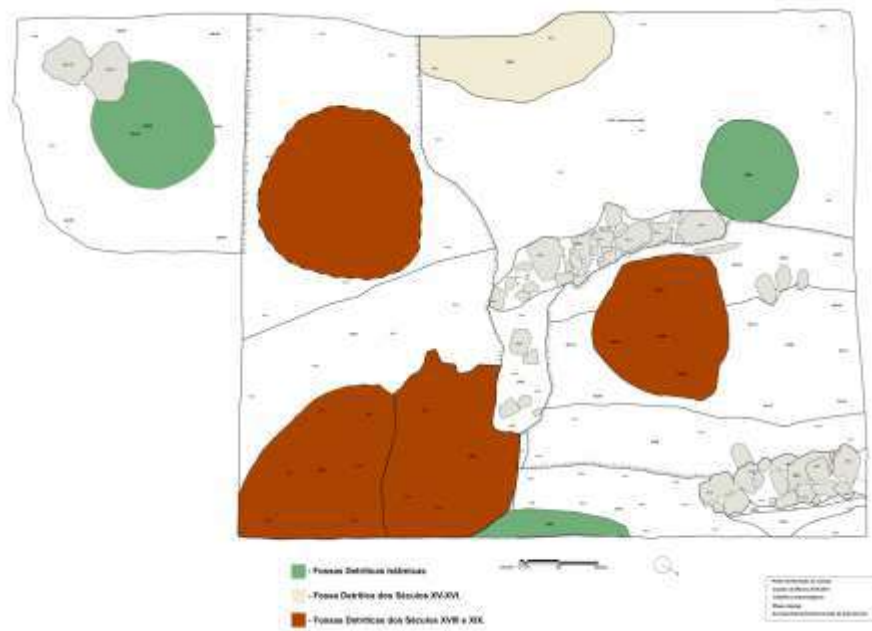


Fig.2 - Fossas detriticas e estruturas do período islâmico.



CM/10/PRT/S.1-2 A.A./[6]

Fig.5 - Escápula de bovino, com Alifato e basmala(Macias et.al, 2013)

Bibliografia

- BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Sofia, SOUSA, Maria João, (2007) - Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês), in Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 10, número 1, p.317-343
- CASMARRINHA, Helena, (2013) - Materiais Islâmicos do Sítio da Rua do Sembrano, Beja, dissertação de mestrado, FCSH, 172 p.
- CATARINO, Helena, (1998) - O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica - Povoamento Rural e Recintos Fortificados AlUlyã, nº6, vols. 1-2-3, 1310 p.
- FERNANDES, Isabel Cristina ; CARVALHO, António R., (1997) - Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela', in La Céramique Médiévale en Méditerranée-Actes du VI Congrès de L'AIECM, pp. 327-336
- FILIFE, Vanessa, (2012) - Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yäbura, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH, 198p.
- GOMES, Rosa Varela, 2006, Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. O Núcleo Urbano, in: Trabalhos de Arqueologia, nº 44, Instituto Português de Arqueologia, 224pp.
- GOMES, Rosa Varela, (2011) - Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano, In: Trabalhos de Arqueologia, nº 53, 411 pp., Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GÓMEZ, Susana, (1993) - La Cerâmica "Verde y Morado" de Mértola (Portugal)" , in Arqueologia Medieval 3, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 113-132
- GÓMEZ, Susana, (2004) - Cerâmica Islâmica de Mértola: Producción y Comercio, [on line]. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. <http://eprint.ucm.es/7087>
- GÓMEZ, Susana, et alii, (2016) - El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII), in XI Congress AIECM3 on Medieval da Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings, Antalya, pp.21 -30
- GONÇALVES, Maria José, (2015) - Contributo para o estudo dos utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves: A Cerâmica decirada a Verde e Manganês, in Actas do X congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Mértola/Silves, pp.353-356
- GONÇALVES, Maria José, et al, (2015), Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (I), in VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Aroche.
- GONZÁLEZ, Rosalía; AGUILAR, Laureano; BARRIONUEVO, Francisco J. (2016) - Los colores del poder: La cerámica "verde y manganeso" de Jerez de la Frontera”, Peripécias Libros, 192 pp.

MACIAS, Santiago, GASPAR, Vanessa, VALENTE, José, (2013) - Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013, 2 vols, Câmara Municipal de Moura.

MALPICA, António (Coord.), (2013) - Mil años de Madinat Ilbira, Catálogo, 82pp.

PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio ; BEDIA GARCIA, Juana, (1993) - “Un Lote de Cerâmica Islâmica de Niebla, in Arqueologia Medieval 3, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp.55-62

SANTOS, J. Rui, (2015) - “Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII a XI”, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Policopiado.

TEICHNER, Félix, (1998) - “A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa)”. In Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 1731.

VALENTE, J.G, (2021) - “Cerâmicas com decoração policroma do Castelo de Moura. Parte 1 - Escavações de 1980-81”, in Lacant, nº1, Câmara Municipal de Moura.

Todas as sociedades têm os seus ritos funerários mais ou menos estereotipados. Manifestações e testemunhos de dor – do que é a separação – nas quais o homem supera a sua perda, através da perpetuação do falecido, muito para além do seu tempo. A necessidade que existe de assinalar a passagem do mundo dos vivos para o mundo do além, e guiar o morto na sua viagem “post mortem”, está presente desde os primórdios da humanidade e encontra-se bem testemunhado pelos diferentes tipos de monumentos funerários então edificadas ao longo dos milénios: cromeleques, dólmens, estelas, mausoléus, menires, obeliscos, pirâmides, etc...

Eles são, no fundo, uma reprodução de memórias que se refletem, simbolicamente, pela exaltação da obra e vida do desaparecido (omitindo todos os seus defeitos) e na preservação da sua imortalidade, enquanto indivíduo. “Este simbolismo decorre do facto de, como sublinhou Gaston Bachelard, a morte ser primeiramente uma imagem” (Catroga, 1999, p. 13).

A escultura funerária em Portugal constitui uma das manifestações mais importantes do gótico e “impõe-se de modo firme nos rituais ligados à Morte, acompanhando deste modo, hábitos europeus” (Miranda, 1995, p. 166), adquiridos com a estada de D. Afonso III, em terras transpirenaicas. Divide-se em três fases, “a primeira abrangendo a segunda metade do século XIII; a segunda, todo o século XIV (...); a terceira, o século XV até ao advento do manuelino” (Vasconcelos, 1972, p. 35). Apresenta uma deslocalização de norte para sul, à medida que Portugal vai incorporando novos territórios e o poder central se estabelece nos novos locais ora anexados. O seu aparecimento em zonas rurais ou do interior surge como resultado da evolução demográfica e, simultaneamente, económica, decorrente do crescimento que se fez sentir nessas mesmas áreas.

Se a princípio foi exclusividade de reis e nobreza (face aos elevados custos de construção; dificuldades em arranjar artífices/escultores para um trabalho tão delicado e a movimentação pelo território nacional, entre outros fatores), com o evoluir dos tempos estendeu-se a bispos e a outros elementos de classes sociais mais endinheirados (burgueses abastados ligados às oligarquias urbanas) e que, nesse sentido, contribuíram decisivamente para a sua construção e divulgação.

A escultura funerária aparece no espaço reservado ao sagrado, quando a sepultura exterior deixa o seu campo e “invade” o local consagrado à oração, naquilo a que poderemos classificar como “a conceção sagrada do exercício do poder régio como espelho do poder espiritual na terra, entre os homens” (Pereira, 2014, p. 354). É desta forma que o arcosólio ganha expressão e está na origem da criação da capela funerária no interior das igrejas. E que melhor local poderia haver – se não este – para albergar, conservar e preservar memórias de defuntos, periodicamente recordadas em ofícios condignos?

É que desta forma havia a “garantia de que essa instituição continuaria a ser escolhida como local de derradeira morada, cativando assim cada vez mais legados testamentários” (Almeida e Barroca, 2002,

p. 207). Mandados edificar, no cumprimento de legados testamentais (com a obrigação de ofícios em datas comemorativas), aí foram surgindo, ocupando distintos espaços no seu interior.

Existem dois tipos de acomodação da arca feral: em arcossólio individual (pré-existente ou construído especificamente para o efeito), ou colocada no chão (encostada a uma das paredes da igreja), mas igualmente individualizada. Também na decoração vão existir dois tipos de diferenciação. No primeiro caso, em que esta é executada unicamente na face visível da arca tumular. Já no segundo, em que o destaque vai para a tampa. No que se refere à decoração das arcas, são seis os tipos de embelezamento que apresentam: a escrita, a heráldica; a geométrica e/ou vegetalista; a icónica; a pictórica e a de referência arquitetónica. No que concerne às composições, apresentam criações com embelezamentos artísticos diversificados, que vão de cenas alusivas à religião católica (ex: Anunciação, Calvário, Coroação da Virgem, símbolos dos Evangelistas, São Francisco recebendo os estigmas, Última Ceia, Virgem com o Menino), a temas como a caça, figuração de reis/rainhas e outros.

As arcas fúnebres também apresentam dois tipos de construção divergentes entre si e que se manifestam, desde logo, pela tipologia e o género de material empregue. A arca com jacente (construída em calcário, mármore, lioz, pedra de Ançã e de Portunhos) e a arca com tampa (em granito). No fundo, a utilização da pedra disponível/existente na zona/região. Os dois principais centros produtores da arte tumular foram Coimbra e Lisboa e de carácter mais regional Évora e o Porto. No que se refere à nacionalidade e identidade dos escultores, à exceção de dois deles devidamente estudados, Mestres Telo Garcia (em Lisboa) e Pero (em Coimbra), pouco mais se sabe nesta área, visto que, à data, eles “tampouco estavam muito interessados em adquirir fama ou notoriedade” (Gombrich, 2006, p. 205).

No nosso concelho é reduzidíssima a representatividade destes dois tipos de arquitetura tumular que acabamos de referir. Apenas dois exemplares – uma arca feral e um arcossólio individual – se erguem em igual número de igrejas da nossa cidade (Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora da Assunção do Castelo), testemunhas da arte funerária na perpetuação do falecido.

Até finais do séc. XVIII poucos são os que possuem capela, ou ostentam uma placa tumular assinalando o local da sua sepultura. A maioria do comum dos mortais está enterrada, desde o princípio do cristianismo, sob o soalho das igrejas e/ou nos respetivos adros, sem qualquer identificação plausível, ou ainda na vala comum, a qual aparece na Europa aquando das grandes epidemias medievais, sendo utilizada como a sepultura coletiva dos pobres.

Moura teve na época medieval três cemitérios para enterro dos seus mortos: dois cristãos e um mourisco. O mais importante situava-se junto da porta de entrada para o Castelo, abrangendo o espaço lateral da Igreja de São João Baptista, local onde hoje se encontra colocado o Pelourinho. O segundo localizava-se junto do Convento e Igreja do Carmo, abarcando parte da atual Travessa do Hospital e esteve em funcionamento muitos anos para além da construção do Cemitério de São Francisco, inaugurado no dia

20 de Setembro de 1863. “A necrópole mourisca, por seu turno, localizava-se na zona da atual Rua do Sequeiro e, embora a última lápide conhecida date de 1368, é muito provável que este espaço funerário tenha estado em uso certamente até à conversão forçada dessa minoria étnica, ocorrida em finais do século XV” (Macias, p. 139).

Até aos anos sessenta do século XIX, data que assinala a construção da necrópole municipal, Moura deu repouso aos seus mortos nas igrejas de São João Baptista, Santo Agostinho, Nossa Senhora do Carmo, Santiago, da Santa Casa da Misericórdia de Moura São Francisco, Espírito Santo, São Pedro, Santa Maria do Castelo, Santo António da Pipa e Nossa Senhora da Glória e nos terrenos contíguos a estes mesmos templos.

Se atualmente existe uma consciencialização da sociedade – relação homem com o seu património – conducente à preservação desse mesmo legado, nem sempre foi assim. Fruto de diversos fatores, entre os quais podemos apontar a incúria humana, a desfaçatez e, até mesmo, a má-fé, contribuíram, indubitavelmente, para que uma grande parte da arte fúnebre se tenha perdido e, com ela, também um pouco da história de Moura. Para além das causas anteriormente referidas, não podemos ainda deixar de realçar as diferentes alterações estruturais e arquitetónicas, ocorridas ao longo dos tempos, tanto na cidade como nos seus monumentos religiosos e que acabaram, inevitavelmente, por ditar a sua sorte, nomeadamente:

- a) A substituição do pavimento do corpo da igreja de São João Baptista (tinha duzentas e oito pedras tumulares) e a extinção do seu cemitério.
- b) A demolição da igreja de Santo Agostinho e a abolição do respetivo cemitério no ano de 1837.
- c) A substituição do pavimento do corpo da igreja de Nossa Senhora do Carmo (tinha cento e vinte e oito pedras tumulares) e a supressão do seu cemitério.
- d) A alteração do pavimento do corpo da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moura, no ano de 1894 (aproveitamento do espaço para casa de espetáculos) e a extinção do seu cemitério.
- e) A alteração do pavimento do corpo da igreja do Espírito Santo (para aproveitamento daquele espaço a vários fins).
- f) A demolição da igreja de Santiago (demolida posteriormente a 1563 – mencionada ainda nesta data, em confrontações, na venda de um terreno) e a abolição do respetivo cemitério (em data que desconhecemos).
- g) A demolição do Mosteiro do Salvador (de construção anterior a 1580 e demolido em data que desconhecemos).
- h) A alteração do pavimento do corpo da igreja do Convento de Santo António da Pipa, no princípio do séc. XIX (adaptação a fábrica de produtos alimentares).
- i) A reversão de terrenos abandonados no Cemitério Municipal há mais de dez anos e prescritos a favor da autarquia (de acordo com os vários Regulamentos do Cemitério Municipal e em execução ao longo dos tempos).

Como anteriormente havíamos referido, a sepultura individual só surge no séc. XIX, com a criação dos cemitérios públicos fora do espaço da igreja e sob responsabilidade das Câmaras Municipais (responsabilidades posteriormente alargadas às Juntas de Paróquia, atuais Juntas de Freguesia). Com ela nasce a marmorização tumulária do espaço cemiterial. É a partir de 1902, que a arquitetura funerária começa a ganhar um lugar mais amplo no cenário da nova necrópole mourense. Fruto da ligação ferroviária diária de Moura à capital, vai registar-se uma progressiva encomenda de jazigos-capela e monumentos funerários às casas da especialidade aí sediadas e que estão bem patentes, em particular, ladeando a alameda principal, assim como algumas das ruas cemiteriais mais próximas da igreja e que intercedem perpendicularmente a mencionada alameda.

Feita que está uma breve introdução sobre a arquitetura tumular, vejamos o que se nos oferece dizer acerca da arca feral edificada na *Capela de Nossa Senhora Santa Ana*, na *igreja de Nossa Senhora do Carmo*.

Edificada junto à parede, do lado do Evangelho, ergue-se uma arca feral de grandes dimensões (obra de autor desconhecido), esculpida em cantaria da região (mármore), com 2 m. de comprimento, 0,59 m. de largura, e 0,51 m. de altura, o qual formato reproduz um esquife, cuja estrutura da arca se eleva a 0,56 m. do solo e se estriba sobre representações zoomórficas (neste caso leões) e que suportam a caixa tumular.

A tampa prismática (0,22 m. de altura), sem jacente

¹, apresenta um baixo-relevo, na qual pode observar-se um escudo ovado e, dentro dele, uma espada que tem o cabo e a ponta fora do mesmo. Do lado direito do escudo pode ver-se uma lança com sua bandeirinha. Dentro do ovado do escudo apresenta a seguinte inscrição: ***João Fernandes e Catarina Rodrigues Pimenta, ordenaram esta Capela com missa quotidiana e fábrica na forma de instituição de que é administrador de sua geração Gomes Ravasco, 1622.***

Este casal vinculou em “Capella ou Morgado todos os seus bens com Missa quotidiana nesta Capella antiga, que se deu para a fundação, como consta do testamento, que a seu rogo fez na Vila de Moura Fernando Ayres, seu Escudeiro” (Sá, 1727, p. 52), no dia 23 de setembro de 1503, perante o Tabelião Sebastião Gonçalves e aprovado por este mesmo, no dia 6 de dezembro do ano seguinte, “como consta no Livro primeiro do Tombo do Convento, da folha 184 até 194” Santana, 1745, p. 164.

Mas, quem foi este João Fernandes? Colocada na parede do lado do evangelho, um pouco acima da mesma arca, pode observar-se uma lápide, com inscrição em letra Gótica, em campo epigráfico rebaixado, enquadrada por moldura trabalhada, e comemorativa da reedificação da capela, com a seguinte legenda: ***Esta Capela é de João Fernandes do Pino, Moço da Toalha d’el Rei D. Manuel, que a mandou***

¹ - Designa um tipo de estátua, quando representa a figura humana deitada.

reedificar. O Moço da Toalha pertencia ao núcleo dos Oficiais da Mesa do rei, o qual tinha como função colocar os pratos na mesa.

Existe uma lenda associada ao mencionado túmulo que conta que “esta campa jamais poderá ser aberta, pelo que se alguém lograr abri-la, a capela ruirá e toda a igreja desabarará a seguir.

Ao que parece a dita sepultura nunca foi violada, apenas apresenta algumas escoriações, quiçá marcas de tentativa frustrada de abertura e que segundo se consta ocasionou algumas rachas na capela” (Correia, p. 26).

Ainda na mesma Capela, para além da arca tumular que acabámos de descrever, existe uma outra sepultura no pavimento, junto ao gradeamento, coberta por lápide sepulcral epigrafada, com a seguinte legenda: *Sepultura de João Lobato e de Maria Lobata, sua família e seus herdeiros*.



Fig.1 – Arca Feral de João Fernandes e Catarina Rodrigues Pimenta



Fig.2 – Pormenor da inscrição

Na **igreja do Convento de Nossa Senhora da Assunção** ou de St^a Maria do Castelo, como também é conhecida, na parede interior da capela do lado da Epístola, no vão escavado em forma de arco encontra-se implantado o arcossólio individual dos conquistadores de Moura, os irmãos **Álvaro e Pedro Rodrigues de Gusmão**, o qual foi construído no tempo de D. Pedro Rolim de Moura, na era de 1512 (ano de 1474).

Exemplar único no concelho, da escultura funerária tão característica do “terceiro grande grupo da tumulária quatrocentista” (Pereira, 1995, p. 173), é um sepulcro parietal edicular de grande elegância arquitetónica, de autor desconhecido, e esculpido em cantaria da região (mármore). Encimado sobre uma base que se eleva a 0,50 m. do solo e no qual assenta todo o aparelho fúnebre, numa espécie de moldura que enquadra a arca feral (1,74 m. de comprimento, 0,72 m. de largura e 1,89 m. de altura), é formado por quatro colunas reentrantes e adoçadas nas paredes laterais do conjunto, duas de cada banda (uma canelada em espiral e outra lisa), ambas emparelhadas, cuja junção entre elas é feita por um friso decorado com pequenas esferas ou “cabeças de prego”.

São coroadas por quatro capitéis que as encimam, sendo que os dois interiores suportam o lintel, enquanto os outros dois rematam com pináculos de desenho geométrico. Colunelos e respectivas bases apresentam um esbelto talhe artístico de harmoniosa conceção. O lintel, decorado com um arco gótico-flamejante e em cujo fecho se divisam as armas dos «Mouras»² – sete castelos postos 1, 2, 1, 2 e 1 – e uma outra (não identificada) – duas flores de lis e um castelo mouro – é sobrepujado com elementos decorativos de inspiração vegetalista.

A arca fúnebre (1,74 m. de comprimento, 0,72 m. de largura e 0,65 m. de altura), cuja tampa prismática sem jacente se encontra parcialmente partida, possui na zona frontal do túmulo um baixo-relevo, com o escudo clássico de armas identificador da linhagem, e uma inscrição em letra Gótica com a seguinte legenda: *Aqui jazem os cavaleiros que esta terra ganharam aos Mouros. Esta capela se fez no tempo de dom Rolim. Era 1512.*

De acordo com um artigo publicado na imprensa local³, da autoria do saudoso Pe. Casimiro, na chamada «Capela dos Rolins» ou «Capela do Conde Rolim», como também é conhecida, “havia um belo fresco do Apóstolo Bartolomeu o que parece indicar que a conquista da vila se efectuou no dia deste santo, em 24 Agosto de 1166”. Numa fotografia da autoria de Zambrano Gomes, datada de 1938 (gentilmente cedida pelo meu amigo José Finha), pode ainda observar-se os vestígios da referida pintura mural.

D. Pedro Rolim de Moura era filho de D. Fernão Álvares de Moura (foi alcaide-mor de Moura e senhor da Azambuja) e neto de D. Pedro Rodrigues de Moura (8º senhor da Azambuja). Por testamento deste último – descendente de um dos conquistadores desta povoação aos sarracenos – determinou que “post mortem” fosse enterrado no convento dos frades Domínicos de Benfica, termo de Lisboa. Todavia, “as contínuas guerras do seu tempo não permitiram que se cumprisse logo aquela cláusula do testamento, e foi sepultado na Igreja Matriz da vila (1406)” (Leal, 1875, p. 564).

Convém referir que, à data, a igreja matriz de Moura era a Igreja de Santa Maria do Castelo, paróquia que foi transferida da Igreja de São Martinho⁴ – primeira matriz que Moura teve – devido ao crescimento da vila e aumento da população e por esta já ser pequena, “para nela se ministrarem os ensinamentos da fé e albergar os fiéis que ali acorriam” (Correia, 2000, p. 24).

Segundo o Dr. José Avelino da Silva e Matta, autor dos «Anais de Moura», no ano de 1416, aquando da abertura desta mesma sepultura, para transladação dos ossos de D. Pedro para o convento anteriormente referido, “achando-se o corpo incorrupto, um energúmeno, que estava na igreja, disse que a

² - Armas dos Mouras: sete castelos de ouro, em três palas sendo três na do meio, com portas lavradas de preto; elmo de aço aberto e por timbre, um dos castelos de armas.

³ - Jornal de Moura, Ano XLIX, Nº 1747, de 27/2/1969.

⁴ - Encontrava-se edificada junto ao Carmo, edifício que foi demolido aquando da aclamação de el-rei D. João IV, “para fazer a esplanada que serve de defesa ao baluarte do Carmo” (Cabral, 1991, pp. 4-5).

incorrupção nascia de morrer D. Pedro excomungado. O Bispo mandou se absolvesse o cadáver publicamente o que se fez, e depois desfez-se o mesmo cadáver em cinzas, ficando os ossos encarnados e secos, que num caixão foram levados” (Matta, 1991, p. 21-22), para o dito convento.

Tal como refere Paulo Pereira, “A maioria dos tumulados nos monumentos com arcossólio salientaram-se pelos seus feitos militares, ou pereceram em combate, adquirindo uma áurea de heróis” (Pereira, 1995, p. 173), como é o caso dos referidos conquistadores de Moura. Pena é que este interessantíssimo monumento fúnebre tenha estado largos anos sujeito a um quase total estado de abandono, que o levaram a uma acentuada degradação, e que, de igual modo, não esteja acessível ao público em geral. A sua preservação e conservação será, sem dúvida alguma, demonstrativa do nosso orgulho e respeito pelos homens de antanho e valentia dos seus feitos militares. Motivo pelo qual, no fundo, se efetivou a sua construção.



Fig.3 – Vista da capela dos Rolins (ano de 1938)



Fig.4 – Vista de pormenor da capelas dos Rolins (ano de 1938)

Bibliografia:

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal: O Gótico*, 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, fev. 2002.
- CATROGA, Fernando – *O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, out. 1999.
- CORREIA, José António de Oliveira – *Freguesia de S. João Baptista - Moura: Subsídios para a sua história*. Junta de Freguesia de S. João Baptista – Moura, Gráfica amdbeja, 2000.
- CORREIA, José António de Oliveira – *Moura, o Carmo, a Fé*. Câmara Municipal de Moura.
- GOMBRICH, E. H. – *A História da Arte*, 2ª ed., Lisboa: Público Comunicação Social, SA, 2006.
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1875.
- MACIAS, Santiago Augusto Ferreira Macias – *Arqueologia Medieval 2*. Porto: Edições Afrontamento Lda
- MATTA, José Avelino da Silva e – *Anais de Moura*. Câmara Municipal de Moura, 1991.
- MIRANDA, Maria Adelaide; VIEIRA DA SILVA, José Custódio – *História da Arte Portuguesa: época medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- PEREIRA, Paulo dir. – *História da Arte Portuguesa*, vol. II. Círculo de Leitores, 1995.
- PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa: história essencial*, 1ª ed., Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores, mar. 2014.
- SÁ, Manuel de – *Memórias Históricas da Ordem de N. S. do Carmo da Província de Portugal*, vol. I. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.
- SANTANA, José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, vol. I. Lisboa: Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745-1751.
- VASCONCELOS, Flório de – *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

Outros

- CARVALHO, Sérgio Luís de – *Iniciação à Heráldica Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa: Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2008. PORTO EDITORA.

DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

JORNAL DE MOURA, Ano XLIX, Nº 1747, de 27/2/1969.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. – *Armorial Lusitano*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., 1961.

Website

SILVA, José Custódio Vieira da – *Memória e Imagem: Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa* (Séculos XIII e XIV), p. 48.

atual. s/d. [consult. 10 jul. 2022]. Disponível na internet:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/12429/1/ART_2_Cust%C3%B3dio_RHA1.pdf>

Resumo

A 12 de Outubro de 1941, Fragoso de Lima, desloca-se à Corte do Alho para recuperar um marco miliário. Rafael Janeiro, diz-lhe “que não seria para desperdiçar uma visita ao Monte dos Casqueiros”.

Aí chegados, na porta de um palheiro, observam que servia de soleira, um marco divisório de propriedades com inscrição referente ao Convento de S^{ta} Clara de Moura. Possivelmente, os dois marcos que se encontram na Escola Secundária de Moura, foram trazidos nesta altura, por Fragoso de Lima.

Durante surribas dos terrenos, efectuadas pelos “espanhóis”, em redor da Herdade de Casqueiros, já em pleno século XXI, terão surgido mais alguns destes marcos, dos quais foram recolhidos três, por um privado interessado na história da freguesia, visando constituir um pequeno núcleo museológico arqueológico e etnográfico relativo a Pias.

Este artigo pretende dar conta desses cinco marcos divisórios dos terrenos do Convento de Santa Clara de Moura.

Palavras chave

Marcos / Convento de S^{ta} Clara de Moura / Pias / Moura

As Pias, localidade do Baixo Alentejo, concelho de Serpa e distrito de Beja, são um local telúrico, revelando todos os seus tesouros e riquezas (humanas, arqueológicas e patrimoniais), a quem dedique um pouco do seu tempo para verdadeiramente a olhar.

Entre 2 de Setembro de 2013¹ e 10 de Junho de 2016 efectuei trabalhos, com a minha equipa, por esses espaços geográficos. Dos contactos estabelecidos com elementos da população, chegamos ao contacto com um Piense cioso da sua história e da importância de todas as coisas / elementos patrimoniais, o Sr. Vítor Hugo, proprietário da Bética – Hotel Rural. Guiando-nos por uma imensidão de objectos recolhidos aqui e ali, dialogávamos acerca do que seriam e representavam para a história da localidade. Entre todos aqueles fragmentos e espelhos do passado, três inscrições chamaram-nos a atenção. Numa primeira abordagem, foi-nos dito que seriam muito possivelmente inscrições romanas, porém, a similitude dos elementos epigrafados em todas elas, levou-nos a considerar uma outra hipótese, mais plausível, a de constituírem marcos de demarcação de propriedade. Após consulta atenta da Monografia Arqueológica do Concelho de Moura² e dos Elementos Históricos do Concelho de Moura³, chegamos à conclusão de que, verdadeiramente, se tratavam de marcos de delimitação de terrenos do Convento de Santa Clara de Moura.

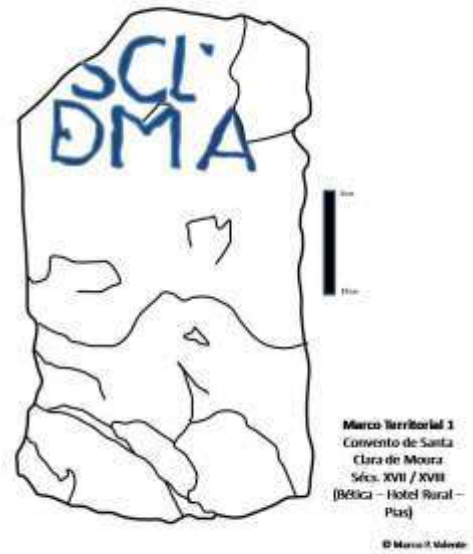
¹ Em trabalhos como Arqueólogo Coordenador da Empreitada de Construção do Circuito Hidráulico de Caliços-Pias, para a empresa Amphora Arqueologia, no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (E.F.M.A.), da responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (E.D.I.A. S.A.).

² LIMA 1999

³ LIMA 2003



Marco 1



S(anta) Cl(ara) / DE M(our)A



Marco 2



S(anta) C_{LA}(ra) DE / M(our)A



Marco 3



[S](anta) CLA(ra) / [DE] M(our)A

Estes três marcos teriam surgido “durante surribas dos terrenos efectuadas em redor da Herdade de Casqueiros”⁴. Serão marcos dos séculos XVII / XVIII, conforme a leitura do seu campo epigráfico deixa transparecer. Um destes marcos – o número 1 – terá sido o que Fragoso de Lima observou em 12 de Outubro de 1941 em Casqueiros, porque transcreveu do dito o seguinte:

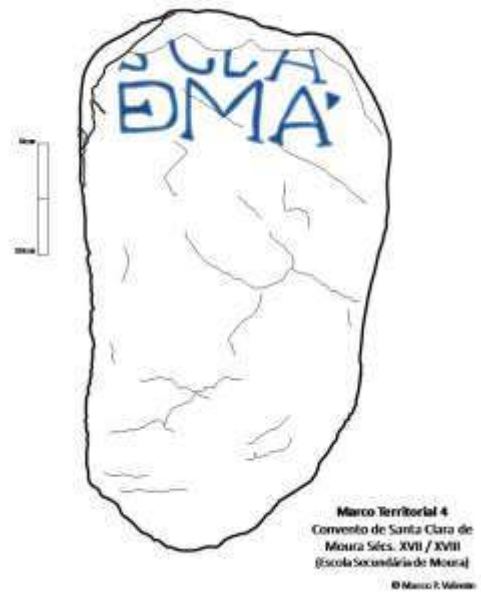
S(anta) CL(ara) / de M(our)a
(LIMA 1999)

Os dois marcos que se encontram na escola secundária de Moura apresentam a letra A em CLA(ra), não nos parecendo que Fragoso de Lima olvidasse esse pormenor na descrição que efectuou acerca do dito. Em contacto com o nosso estimado colega Dr. José Gonçalo Valente, fomos informados que existiriam dois outros marcos similares, no espólio presente na Escola Secundária de Moura e para aí trazidos por Fragoso de Lima, certamente da sua “expedição” por Pias, a 12 de Outubro de 1941, mais concretamente à Herdade de Casqueiros.

⁴ Um informante, que se desejava manter anónimo, falou-nos que “quando os «espanhóis» adquiriram parte da Herdade de Casqueiros, onde acabaram por edificar um armazém metálico, que aí mesmo observou cerca de 5 dezenas de «pedras com letras», semelhantes a estas umas, diversas outras. Desconhecemos do que se tratava e onde estarão nos nossos dias. O informante teve o seguinte desabafo: «Se calhar, ainda serviram para base dos alicerces do armazém!». Mais uma perda lastimável e irreparável do nosso Património colectivo?” (VALENTE 2021a).



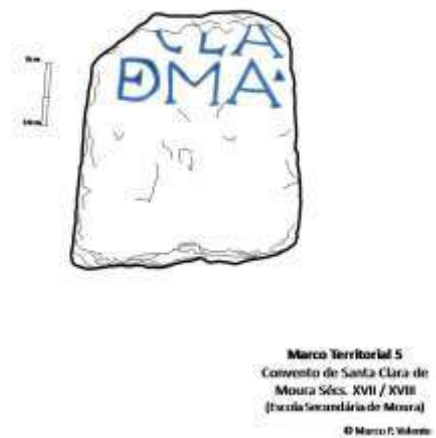
Marco 4



S(anta) CLA(ra) / DE M(our)A



Marco 5



[S](anta) CLA(ra) / DE M(our)A

Os ditos cinco marcos possuem características de gravação comuns, podendo situar-se cronologicamente entre os séculos XVII e XVIII. Talvez, entre a mudança do local onde o convento de Santa Clara de Moura estaria situado primitivamente na Quinta de Santa Justa – cuja insalubridade do local levava a que tivesse de ser transferido para um outro⁵ – e a Boa Vista, mudança essa, tida a 16 de Setembro de 1610⁶ e a entrada de três monjas na Ordem, provenientes da Herdade dos Casqueiros (informação oral de Marisa Bacalhau) e assim trazendo para o património da Ordem essa propriedade, já em pleno século XVIII.

Esperamos, ter deixado o nosso pequeno contributo face ao estudo desta temática em concreto.

Fotos e desenhos da autoria de Marco Valente

Agradecimentos

Maria Teresa Fonseca Moreira Carvalho Veredas e António Pedro Veredas Moreira, pela autorização para estudo da colecção Vítor Hugo (Bética Hotel Rural, Pias). Dr. José Gonçalo Valente, pela informação acerca dos marcos da Escola Secundária de Moura e sua autorização para a elaboração deste pequeno estudo.

⁵ LIMA 1999

⁶ Através da leitura e análise comparativa de epígrafes (MACIAS 2005), tal possibilitou-nos verificar da eventual cronologia das ditas.

Bibliografia

BACALHAU, Marisa, 2022. “*Convento de Santa Clara de Moura Do esplendor à extinção*”, Câmara Municipal de Moura

CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco, 2016. “*Contribuição para um catálogo de marcas de termo em Portugal Continental*”, In CANINAS, João Carlos (Dir.), *EMERITA – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, n.º 2, EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia: 122-133

LIMA, Alexandre, 2013. “*Algumas notas acerca de quatro marcos de termo da freguesia de Sobrado no concelho de Valongo*”, In CANINAS, João Carlos (Dir.), *EMERITA – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, n.º 1, EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia: 141-146

LIMA, José Fragoso de, 2003. “*Elementos Históricos do concelho de Moura*”, Câmara Municipal de Moura, 2ª edição

LIMA, José Fragoso de, 1999. “*Monografia arqueológica do concelho de Moura*”, Câmara Municipal de Moura, 2ª edição

MACIAS, Santiago; REGO, Miguel, 2005. “*Convento de Santa Clara [Moura] Um conjunto cerâmico do século XVII*”, Câmara Municipal de Moura

VALENTE, Marco; MAÇARICO, Luís; VEIGA, Ana; MARQUES, Maria J., 2021^a. “*Povo de Pias – Identidade e Imaginário Popular*”, GM Oficina de Artes Gráficas Lda, Câmara Municipal de Serpa

VALENTE, Marco, 2021b. “*Landmarks and Markings: Signs from the Earth and the Skye's.*” In NIHARIKA, Niharika; TIWARY, Sachin Kr. (eds.), *Universal Value of Rock Art – Celebrating Birth Centenary of Dr. Vishnu Shridhar Wakankar*, B.R. Publishing Corporation and Arnava Shodh Sanstha, Varanasi: 95-102 / 200-204

VALENTE, Marco, 2017. “*Circulação monetária na freguesia de Pias (concelho de Serpa, Distrito de Beja). Quando Roma era Império*”, In SCIENTIA ANTIQUITATIS, vol. 1, n.º 2, Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição – Estratégias de Povoamento: do período romano ao mundo contemporâneo: 131-144

Introdução

Afonso Mendes nasceu em 1579, em Santo Aleixo, que, nessa altura, não era ainda da Restauração. Os pais, tudo leva a crer, eram seareiros desafogados que cultivavam terras próprias e delas sobreviviam com o trabalho familiar. Um tio eclesiástico, o doutor Manuel Mendes, que veio a ser cônego da Sé de Faro, levou, para Coimbra, o sobrinho ainda muito moço. O jovem revelou-se estudante aplicado e de boa cabeça e, tinha apenas catorze anos, entrou como noviço na Companhia de Jesus. Em 1605, foi ordenado sacerdote e iniciou a carreira de mestre universitário, na área das Humanidades. O filho de agricultores, possivelmente destinado ao arado, às botas cardadas da vida no campo e às poucas letras, tornara-se um académico.

Lente de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra, ganhara já fama pelo "cabelal em letras divinas e humanas" quando passou à Universidade de Évora. Na cidade alentejana, ao mesmo tempo que se dedicava ao ensino da Retórica e dos textos sagrados, obteve, corria o ano de 1618, o grau de doutor em Teologia. Sinal do seu prestígio: quando o rei Filipe III (de Espanha) passou pela cidade alentejana, em 1619, tendo sido recebido com as devidas pompa e circunstância na respectiva Universidade, foi ele o orador escolhido para a cerimónia solene, o que não há de ter sido um acaso (Teles 1660, 385-386; Franco 1719, 363).

Talvez essa escolha tenha contribuído, junto, claro, com os seus méritos intelectuais, para que Filipe IV o nomeasse, em Julho de 1622, Patriarca da Etiópia, cargo que, à parte a dignidade do título, oferecia mais espinhos do que honra ou proveito¹, exigindo, por isso, pessoa de convicções firmes. O papa Urbano VIII não tardou a confirmar essa nomeação e a respectiva sagração teve lugar na casa professa de São Roque, em Lisboa, nos primeiros meses de 1623.

Tendo embarcado para o Oriente em 25 de Março de 1623 e chegado a Goa em Maio de 1624, só em Maio de 1625 entraria na Etiópia e no início do ano seguinte se encontraria com o imperador etíope Susenyos [ou Susinyus], por quem foi recebido de forma cordial.

À primeira vista, a tarefa do patriarca estava muito facilitada. Pero Pais, o jesuíta que o antecederia na chefia da pequena missão africana, conseguira um sucesso assinalável. Depois de alguns anos de residência na corte e da aproximação progressiva de muitos cortesãos e do próprio imperador à pessoa do missionário e à religião católica, Susenyos (que subira ao poder em 1607) proclamara, em Março de 1622, a sua adesão ao catolicismo e, mais ainda, a condenação das práticas religiosas tradicionais (Pennec 2003, 164 e 227).

Aparentemente, Afonso Mendes só teria de espantar alguns pardais mais intrometidos e cuidar de uma seara já pronta a dar frutos. E os primeiros sinais pareceram animadores: logo no dia 11 de Fevereiro

*CHAM, Universidade Nova de Lisboa.

¹ O nomeado tinha noção disso ao escrever ao representante português da Companhia de Jesus em Roma: "Vossa Paternidade se lembre deste seu servo, irmão e filho, a quem mandou para o maior desterro que há na Companhia, mas por meus pecados bem merecido" (Carta de D. Afonso Mendes, 26 de Dezembro de 1624, In Beccari 1903-1917, XII, 109-110).

de 1626, em cerimónia pública e de grande aparato, Susenyos, bem como o seu filho e sucessor Fasiladas [ou Fasilidas], juntamente com a mais alta nobreza e parte do alto clero, renovaram a sua adesão à fé católica, abjuraram do monofisismo, que até aí praticavam, e juraram obediência ao papa Urbano VIII, ao mesmo tempo que o imperador mandava lançar pregão condenando à morte todos os que não seguissem, a partir dessa data, o catolicismo romano (Almeida 1907-1908, VI, 481-492; Beshah e Aregay 1964, 79). No longo e despropositadamente denso exercício teológico com que respondeu ao juramento régio, o patriarca manifestou o seu desejo “de ver esta Igreja de Etiópia limpa de erros e de todo sujeita à [Igreja] Romana” (Almeida 1907-1908, VI, 487).

Essa vontade de apagar, de uma penada, as especificidades do cristianismo etíope era mais fácil expressá-la do que vê-la realizada. A tomada de posição do imperador e que os missionários, apesar do seu escasso número, pensavam ser possível generalizar ao conjunto da população, não progrediria sem forte oposição e os anos seguintes, excepto curtos intervalos de paz, iriam ser de aberta guerra civil, com o clero tradicional etíope a dar argumentos ideológicos às forças que se opunham ao imperador pró-romano, num bloco em que sobressaía a nobreza regional.

Abreviando razões: em Julho de 1632, quando já várias províncias se tinham revoltado e decretado o regresso à ortodoxia religiosa tradicional, o *negus* Susenyos viu-se obrigado a transigir, abdicou no filho Fasiladas e, apoquentado, morreu pouco depois. O novo *negus*, como forma de acalmar a insurreição rebelde, renegou o catolicismo e a obediência a Roma e decretou o regresso ao cristianismo etíope. Em seguida, começou por mandar concentrar os missionários dispersos pelo império, e, em 1633, ordenou a sua expulsão definitiva, com a patriarca à cabeça. Era o princípio do fim da presença jesuíta em terras da Etiópia ou a “morte do Preste João”, como a classificou, com propriedade, o historiador italo-americano Matteo Salvatore (2010, 141-172).

Correntemente, alguma historiografia, influenciada sobretudo pelo que tinham sido as orientações da Congregação da *Propaganda Fide* e pela guerrilha entre as ordens mendicantes e os jesuítas, atribuiu este enorme desaire missionário à arrogância da Companhia de Jesus, por ter querido impor a conversão da Etiópia a qualquer custo. Para outros, e esta tese ainda é hoje muito repetida, a culpa teria sido do próprio D. Afonso Mendes, cujo fanatismo, falta de sentido da realidade e insensibilidade aos costumes locais, se contraporiam ao bom senso e ao espírito contemporizador do seu antecessor, Pero Pais.

Tanto quanto hoje podemos avaliar, a actuação dos dois missionários teve mais pontos de contacto que de divergência (Beshah e Aregay 1964, 104-105; Salvatore 2010, 152-154), o que, por exigir espaço e tempo, não cabe aqui demonstrar. Além disso, no que diz respeito ao insucesso missionário, é preciso não esquecer algo fundamental: a latinização da igreja etíope, era, para o imperador, um projecto político (Cohen 2009, 32-34), tanto, ou mais, que um projecto religioso. Só que o projecto político correu mal, por

variadas razões, e arrastou tudo o resto atrás de si. As principais razões do insucesso missionário é aí que é preciso procurá-las.

Os primeiros sinais dos planos de carácter político são anteriores a Susenyos. Em Março de 1604, Pero Pais recebeu uma carta do imperador Za Dengel, na altura muito pressionado pelas lutas internas e pelos ataques dos “gentios do Sul”, os Galas (que a si próprios se chamavam Oromo), oriundos da actual Somália. Através das informações que lhe chegavam através dos missionários, Za Dengel tinha-se apercebido de duas possibilidades que lhe pareciam adequadas à sua situação². Uma era a da reforma política do Estado no sentido da centralização, tendo como modelo o que sabia das monarquias absolutas europeias. Outra, a da aliança político-militar com o rei de Portugal (Martinez d'Alós-Moner 2006, 223-233). A concretização dessas medidas exigia a conversão ao catolicismo? Talvez fosse um risco a correr. Mas, na carta que o imperador escreveu a Pero Pais, não deixava de pedir-lhe, denunciando os seus propósitos, para ir à corte levando “os livros de justiça dos reis de Portugal”³.

Ainda não havia vinte dias que o missionário chegara ao seu convívio e já o imperador Za Dengel, “com alguns dos seus grandes”, se propunha jurar obediência a Roma. O próprio padre Manuel de Almeida, que mais tarde seria missionário na Etiópia, desconfiava da rapidez com que “um rei cismático se resolveu a deixar os erros dos seus antepassados” (Almeida 1907-1908, VI, 77). Em troca, o imperador solicitava a aliança com o rei de Portugal e Espanha, propondo mesmo o casamento de uma filha do soberano ibérico com um filho seu e, nesse sentido, escreveu cartas a Filipe III e ao papa Clemente VIII. Um aspecto comum a ambas as cartas é o pedido para que lhe fosse enviada “gente de guerra, sem tardança” (Almeida 1907-1908, VI, 83-84).

Não houve sequer tempo para que as cartas chegassem ao seu destino. Como forma de mostrar a sua determinação e a boa vontade para com os católicos, e, aparentemente, apesar das recomendações de prudência do próprio Pero Pais, Za Dengel mandou proibir aos seus súbditos a observância do sábado como festa religiosa, a prática que era seguida até aí. À imediata reacção de protesto da Igreja etíope, seguir-se-ia uma rebelião que levou à derrota e morte do monarca em Outubro de 1604. Não era um bom começo.

O sucessor de Za Dengel, Yacob, voltou a contactar Pero Pais, prometendo tornar-se católico se viessem soldados da Índia. Na sequência, o missionário escreveu, nesse sentido, para Lisboa e para Roma (Beshah e Aregay 1964, 74).

Mas Yacob não tardaria a ser derrubado por um militar rebelde, o nosso já conhecido Susenyos, que subiu ao poder em 1607. Sentindo a necessidade de um apoio armado forte que lhe permitisse garantir o domínio sobre os grandes senhores e suster os ataques dos Galas a sul; desejoso, além disso, de poder dispensar a influência da poderosa Igreja ortodoxa etíope em que não confiava, Susenyos resolveu, a

² Matteo Salvatore resumiu a atitude reformista de Za Dengel, dizendo que ele “estava ansioso por compreender o funcionamento do absolutismo europeu e implementar reformas seculares e religiosas com que poderia fortalecer o trono” (2010, 164).

³ Carta do Padre Pero Pais para o padre Tomás de Iturén, Dambiã, 14 de Setembro de 1612 (Beccari 1903-1917, XI, 222).

exemplo dos seus antecessores, aproximar-se dos missionários católicos, chamando, também ele, Pero Pais para a corte.

Uma vez chegado o sacerdote, uma das perguntas que o monarca lhe fez foi “se seria possível virem, à Etiópia, portugueses que o ajudassem contra os Galas e [contra] outros muitos inimigos que tinha”. De forma mais ou menos assertiva e algo oportunista, os missionários não deixaram de dar-lhe a certeza da ida de apoio militar, desde que ele se “determinasse dar obediência e reduzir seu império à fé da Santa Igreja de Roma” (Almeida 1907-1908, VI, 196). Além da disposição em inflectir profundamente a política externa do império, procurando uma aliança político militar com uma potência católica europeia, o monarca etíope parecia também fascinado pelo modelo de centralização política das monarquias absolutistas que os missionários lhe descreviam, manifestando interesse em modernizar o sistema legal etíope inspirando-se na legislação portuguesa. Pediu mesmo aos missionários que lhe providenciassem as *Ordenações Filipinas* “para por elas se governar na matéria de justiça”⁴.

Apesar da opinião desfavorável do seu “conselho de Estado” (o que não era bom sinal), o imperador Susenyos escreveu, em Outubro de 1607, para Roma e para Lisboa e, em Dezembro, para Goa, pedindo o envio urgente de armas e de soldados. O pedido era para que lhe fossem enviados “fortes e valerosos soldados que prevaleçam contra nossos inimigos” e “que ao menos venham mil, o mais depressa que puder ser”⁵. Enquanto aguardava por uma resposta positiva, que se traduzisse na chegada de militares portugueses, o imperador foi tendo de enfrentar, com os meios próprios, sucessivas rebeliões, conseguindo, apesar de tudo, ir restaurando o prestígio da monarquia (Beshah e Aregay 1964, 76). Em 1611, chegou, finalmente, uma carta de Filipe III, datada de 1609, prometendo ajuda, embora de forma pouco mais que retórica⁶. E, em 1612, o *negus* ganhou um pouco mais de ânimo com a carta do papa Paulo V que lhe assegurava a disposição do monarca ibérico para o ajudar⁷.

Esse facto terá estimulado o imperador etíope a enviar uma embaixada a Lisboa e a Roma na esperança de acelerar o processo. Conhece-se o teor das cartas que os embaixadores transportavam. Na missiva para Filipe III solicitava-se o socorro de mil portugueses, “sem o qual não podemos dar publicamente [notícia da obediência ao papa]”⁸. Carta de conteúdo semelhante era destinada ao vice-rei da Índia, a quem se pedia, pois “se sabia” ser essa a vontade régia, que lhe mandasse até mil portugueses, o mais depressa possível⁹.

Junto às missivas do imperador seguiam cartas, para os mesmos destinatários, de Ras Cella Christos, irmão do Imperador, vice-rei de Gojam, já convertido à igreja de Roma. Na carta para o rei Filipe, Cella

⁴ Carta do Padre Aloísio de Azevedo para o Prepósito geral, Goa, 3 de Julho de 1619 (Beccari 1903-1917, XI, 421; Cohen 2015, 10 e n. 19).

⁵ Carta do Imperador da Etiópia para o Vice-rei da Índia, 23 de Dezembro de 1607 (Almeida 1907-1908, VI, 201-202)

⁶ Carta de Filipe II de Portugal para o Imperador da Etiópia, 15 de Março de 1609 (Almeida 1907-1908, VI, 239).

⁷ Carta do papa Paulo V, 4 de Janeiro de 1611 (Almeida 1907-1908, VI, 240).

⁸ Carta para D. Filipe, imperador das Espanhas, 31 de Janeiro de 1613 (Almeida 1907-1908, VI, 243).

⁹ Carta para o vice-rei da Índia, 1 de Fevereiro de 1613 (Almeida 1907-1908, VI, 243-244).

Christos reforçava o pedido dos mil portugueses e referia também que os soldados deviam tomar, no mar Roxo, o porto de Maçuá, “em que não há resistência nenhuma”, e onde bastaria que quinhentos ficassem de guarda¹⁰. Maçuá ou Massaua (em inglês: Massawa) é uma cidade portuária da Eritreia, na costa do Mar Vermelho, e constituía, então, a principal porta de entrada marítima na Etiópia.

Nenhuma dessas cartas atingiu o seu destino, pois a embaixada que, seguindo na direcção sul, tentou atingir Melinde, e daí a Índia, foi obrigada, após muitos percalços, a regressar ao ponto de partida, ao fim de um ano e meio, tendo de desistir do seu intento.

Mas a correspondência com Filipe III continuou, e, se ainda se insistia na brevidade, o volume de efectivos pedidos crescera, entretanto, cinquenta por cento. Dizia o imperador, em Julho de 1614: “Ainda que estão muitos da nossa parte (...) outros resistem de maneira que totalmente o impediam [de reduzir nosso império à santa Igreja Romana], pelo que não pode ter efeito se VM nos não enviar os 1500 homens que nas passadas [cartas] pedimos”¹¹.

Respondendo provavelmente não ainda a esta, mas a uma carta anterior, o rei de Portugal e Espanha continuava a prometer sem decidir: “Ao meu Viso-Rei da Índia mando escrever que corresponda convosco particularmente, que pera tudo o que vos cumprir pera bem de vossas cousas, vos ajude quanto lhe for possível, no que tenho por certo não faltará. E quanto à ajuda que pedis daquele meu estado [da Índia], para cobrardes o que nos vossos [Estados] vos têm tomado alguns inimigos, de que os ditos padres me deram conta, bem deveis ter entendido as ocupações precisas com que de presente se acha a gente de guerra que ali me está servindo; e contudo podeis estar certo que, dando elas lugar, vos dará nesta matéria toda a satisfação que puder ser...”¹².

Dois anos depois, em nova carta em que respondia à insistência do imperador abexim, manifestava-se favorável à intervenção militar na Etiópia “se a Índia não estivera tão cercada de inimigos naturais e estrangeiros, com quem a guerra actualmente está rota [i.e., declarada], que não é possível dividirem-se por hora as forças dele. Porém, eu tenho mandado a meu Viso-Rei que, tanto que as ocasiões presentes o permitirem, vos acuda com tudo o que puder infalivelmente, como podeis estar certo que o fará. Enquanto o tempo a isso não dá lugar (que permitirá Deus seja com toda a brevidade) deveis conservar vosso bom propósito com ânimo inteiro e ir dispondo, quanto vos for possível, os [propósitos] dos grandes que se desviam dele pelo melhor modo que convier para que se desçam de sua má opinião”¹³.

Apesar de tudo, e apenas com os próprios recursos, Susenyos ia conseguindo dominar levantamentos sucessivos, incluindo o mais grave de todos, encabeçado pelo metropolitano da Igreja etíope, nomeado pelo patriarca copta de Alexandria, o Abuna Simão, levantamento apoiado por familiares próximos do

¹⁰ *Ibidem*, p. 245.

¹¹ Carta do Imperador para Filipe III, 3 de Julho de 1614 (Almeida 1907-1908, VI, 312).

¹² Carta de Filipe III para o Imperador, 21 de Fevereiro de 1615 (Almeida 1907-1908, VI, 312-313).

¹³ Nova carta de Filipe III para o Imperador, 10 de Março de 1617 (Almeida 1907-1908, VI, 315-316).

imperador. Mas mantinha-se a expectativa de que não tardaria a chegada do auxílio externo.

Nas suas cartas, o imperador etíope fazia sentir que, pelo desequilíbrio de forças e perigo de subversão interna, não podia oficializar a conversão do país, enquanto não dispusesse do apoio militar tão insistentemente solicitado. Por seu turno, os missionários invertiam a ordem dos factores e, aparentemente, procuravam justificar o atraso no envio do referido apoio pelo facto de ele apenas ser possível após a conversão pública.

Esse argumento, junto ao aumento do número de conversões particulares, terá pressionado o imperador, depois de sucessivas aproximações, a dar o passo decisivo. Em Março de 1622, Susenyos recebeu a comunhão das mãos de Pero Pais e fez juramento público de fidelidade ao papa e à Igreja Católica, com a correspondente proibição de observância de antigos dogmas. Mas o apoio militar português continuou a não aparecer, numa altura em que o afastamento, definitivamente sinalizado e violentamente imposto, em relação ao cristianismo ortodoxo etíope apenas servira para generalizar o clima de insurreição que se vivia no país. A correspondência de Susenyos com Lisboa e Roma sobre a necessidade da assistência militar prosseguiu, mantendo-se o imperador na expectativa de que, um dia, viriam mais do que palavras de encorajamento (Beshah e Aregay 1964, 89).

Quando a 7 de Fevereiro de 1626, D. Afonso Mendes chegou pela primeira vez à presença do imperador Susenyos, um dos primeiros gestos deste, depois das cortesias diplomáticas, foi perguntar-lhe por cartas do papa e do rei de Portugal, que ele, desastrosamente, não levava, “falta [que] foi de todos havida e julgada por notável”, conta Manuel de Almeida (1907-1908, VI, 480). É o menos que o missionário cronista podia dizer.

A chegada do auxílio militar português foi sendo considerada, cada vez mais, uma promessa não cumprida e, à medida que, talvez por isso, se dava um esfriamento entre o imperador e os missionários, passou mesmo a ser considerada, a concretizar-se, já não um benefício mas uma ameaça para a independência do país (Barradas 1906, IV, 27-33), como há muito diziam os inimigos do imperador. Para estes, aliás, os padres católicos não eram mais do que uma guarda avançada, que com o nome de igrejas iam construindo fortalezas, destinadas a preparar a conquista da Etiópia pelos Portugueses (Almeida 1907-1908, VII, 75), convicção que foi alargando a área social de contestação. Somando-se a este clima muito generalizado de desconfiança, outra das razões do arrefecimento nas relações imperador-missionários teve a ver com o facto de o imperador ter compreendido que a sua sobrevivência política passara a depender de fazer concessões à igreja tradicional, facto que o patriarca e restantes jesuítas não aceitavam facilmente. Desta forma, em Julho de 1632, Susenyos, embora tendo saído sempre vitorioso da oposição tenaz a que estivera sujeito, mas à custa de autênticos massacres, resolveu assumir, no desfecho de um desses mortíferos conflitos, o falhanço do seu projecto político-religioso e não só abdicou no filho, como, a partir daí, cortou

completamente com os missionários católicos, recusando mesmo que estes lhe ministrassem a confissão e a comunhão quando, pouco tempo depois, sentiu a morte aproximar-se.

Um conselho de Estado então reunido decidiu o regresso à anterior religião (proclamação que foi acolhida com entusiasmo popular) e o patriarca e todos os padres católicos, a quem se mandaram retirar as terras que antes lhes tinham sido concedidas, foram mandados concentrar em Fremona. Dessa forma, estavam em Fremona (nome dado pelos jesuítas a Maigoga, uma aldeia perto de Axum, no reino de Tigrê, primeiro centro fixo das suas actividades missionárias), no fim de Abril de 1633, o patriarca, o bispo, 18 padres da Companhia e um irmão laico.

Decidiram, então, mandar alguém à Índia para dar conta da situação da missão e procurar o “remédio que se podia dar a tantos males, que era qualquer socorro de Portugueses”. Foram escolhidos, para esse propósito, quatro padres, entre os quais Manuel Barradas e Manuel de Almeida, que, por um caminho alternativo, para não serem presos, atingiram, em meados de Julho de 1633, o porto de Maçuá, onde tinham baneanes (comerciantes hindus) amigos. Detidos, no entanto, em Adem durante seis meses, e com problemas de navegação depois disso, só conseguiram chegar a Diu em Setembro de 1634.

O patriarca, corajosamente, tudo fez para continuar na Etiópia pois sabia que isso constituiria um estímulo para a comunidade católica e seria um bom pretexto para a intervenção militar portuguesa que desejava.

O novo imperador Fasiladas perceberá, no entanto, o perigo potencial que representava para o seu território a presença do grupo de padres católicos e, apesar da resistência do patriarca, procederá à sua expulsão, entregando-os todos aos turcos, isto é, a uma potência que os portugueses não desafiariam com facilidade, em Arquico /Maçuá, de onde foram transferidos para um porto mais seguro, Suaquém. Aí, os otomanos, tendo obrigado a ficar, como reféns, o Patriarca e dois padres, permitiram que embarcassem para a Índia sete outros padres a quem os baneanes pagaram o resgate. Depois de uma viagem tormentosa, os sete padres chegaram a Diu em Setembro de 1634, quase ao mesmo tempo que os enviados clandestinos de Fremona.

De Diu, partiram para Goa, os padres Jerónimo Lobo e Manuel de Almeida (a que se juntou depois o padre Manuel Barradas) para exporem ao vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, a situação que se vivia na Etiópia, de modo a salvar o patriarca e companheiros e restaurar a missão abexim. Para eles, havia um único meio, que por certo, tinham discutido e acertado com Afonso Mendes: uma expedição militar ao mar Vermelho, com ocupação efectiva da ilha e cidade de Maçuá e eventualmente de Suaquém. Os três padres traziam a operação pensada ao pormenor, incluindo esquisos dos objectivos-alvo, e insistiam na facilidade da empresa e nos benefícios directos e indirectos para o Estado da Índia e assim a

expuseram, com todos os detalhes, às autoridades portuguesas de Goa (Lobo 1971, Introd., 58; Almeida 1907-1908, VII, 329-330)¹⁴.

O conde de Linhares pareceu disposto a levar à prática a proposta dos missionários, mas o conselho do Estado dissuadiu-o, argumentando com a falta de recursos e o receio do poderio turco. Os conselheiros aceitavam, no máximo, levar a cabo, na estação própria, um “açoite” (um raide) aos portos de Maçué e Suaquém, mas sem deixar lá navio nem guarnição, solução considerada pelos jesuítas com mais desvantagens que benefícios (Almeida 1907-1908, VII, 333).

“E porque na Índia não havia esperanças de melhor despacho” (Almeida 1907-1908, VII, 334), a cúpula inaciana de Goa decidiu enviar à corte de Lisboa e de Madrid alguém capaz de discutir esse delicado assunto político-militar, função para que foi escolhido o padre Jerónimo Lobo, que embarcou para Lisboa em 23 Fevereiro de 1635 (Lobo 1971, Introd., 58).

Quanto ao patriarca D. Afonso Mendes, depois de um período de cativeiro muito duro em Suaquém, conseguira que alguns baneanes se oferecessem para lhe pagar o resgate e pôde, assim, regressar a Diu e daí a Goa, onde chegou no fim do ano de 1635.

Em Janeiro de 1636, foi convocado para participar num Conselho do Estado, onde expôs a miserável situação em que se encontrava a cristandade da Etiópia e propôs a “sua” solução: entrada de uma armada portuguesa no mar Vermelho com a conquista e a ocupação do porto de Maçué.

Foi mandado retirar quando chegou a hora de tomar decisões pelo Conselho, que rapidamente se dividiu. É certo que não havia quem não achasse que, em matéria de fé, todos os esforços eram justos, mas só Gaspar de Melo Sampaio e os dois bispos presentes eram favoráveis a uma intervenção militar e, ainda assim, limitada e dependente da resposta de Madrid à embaixada de Jerónimo Lobo.

Para os restantes, o Estado da Índia estava tão apertado e com tanta falta de gente que não convinha abrir novas frentes, sobretudo quando se tratava de um inimigo tão poderoso como o turco. Primeiro devia acudir-se a Malaca e à China... Que, vindo ordem de Sua Majestade e cabedal suficiente e aprovando-se as pazes com os Ingleses, então se poderia tratar desta empresa.

O vice-rei Pero da Silva, no cargo havia apenas um mês, absteve-se de dar opinião, alegando a sua inexperiência no lugar (Pissurlencar 1953-1972, II, 46-48).

A decisão ficava adiada para as calendas. Ao patriarca restavam a firmeza das suas convicções e a sua capacidade de resistência.

Logo após o Conselho do Estado sem os resultados práticos que esperara, Afonso Mendes escreveu em seu nome e dos outros religiosos da Companhia de Jesus, uma “relação”, enviada pelo correio da Índia, dirigida ao “rei das Espanhas” e que se destinava a ser entregue pelo padre Jerónimo Lobo na corte em

¹⁴ Almeida refere com pormenor os detalhes operacionais e logísticos que considerava necessários para a expedição.

Lisboa e Madrid (Lobo 1971, 793). Neste texto, é clara a defesa do princípio da intervenção militar na Etiópia e os termos em que devia ser feita.

Diz ele que “a experiência tem mostrado, assim nas Índias Ocidentais como na Oriental, que nenhuma conversão de gentios se principiou, que continuasse, nem continuou que perseverasse, sem o favor das armas e a sombra das fortalezas que Sua Majestade tem naquelas partes”.

O que pediam “não só o patriarca e religiosos da Companhia mas também o grande número de católicos que no Império abexim se conservam e quase dois mil portugueses que há muitos anos ali vivem pobres e afligidos” é que “Sua Majestade os meta sob sua real protecção, com uma força [militar], em um de dois portos que, no mar Roxo, são as entradas para aqueles reinos [Maçuá ou Suaquém], sendo mais conveniente lugar a ilha de Maçuá, a qual de fortaleza só tem o nome pois é rasa de um quarto de légua em roda, fraca por natureza e arte, sem muros nem artilharia e com poucos soldados que a defendam”.

Segundo eles, para essa empresa apenas se requeriam “duas galés, dois galeões, alguns navios de remo e uns 400 soldados. O suficiente para tomar Maçuá e assim ser senhor de todo o mar Roxo e de todo o império abexim”. É evidente que o patriarca subavaliava, com certeza para tentar facilitar a decisão, os efectivos que, em condições normais, seriam necessários.

De acordo com os proponentes, os gastos que se fizessem seriam, ainda assim, compensados com o saque de algumas cidades à ida e à volta e com os direitos das alfândegas em Maçuá e na Índia, que cresceriam com o comércio no mar Vermelho (Beccari 1903-1917, XIII, 84-86; BNP, Res., F. G., 7640, fl. 117-18)¹⁵.

A embaixada de Jerónimo Lobo, além de se ter atrasado pelos graves percalços da viagem, não trouxe, nem de Madrid nem de Roma, os resultados que eram esperados em Goa. O padre embaixador foi recebido por duas vezes na corte de Filipe IV. Na primeira, em Janeiro de 1637, tinha sido, nas palavras do padre Manuel de Almeida, “de todos bem ouvido, mas mal despachado, em razão dos tempos não darem por então mais de si” (Almeida 1907-1908, VII, 338). Em Roma, foi recebido pelo papa “com afecto e amor de pai”, mas a resposta às suas solicitações foi sendo adiada, até que Lobo, ciente da atmosfera pouco favorável, acabou por ter de desistir (Almeida 1907-1908, 339). No regresso de Roma, passou por Madrid, onde voltou a ser recebido na corte. A resposta foi que o novo vice-rei levava instruções para favorecer os padres em tudo o que fosse possível, desde que não houvesse risco e dispêndio grave. Lobo conclui sabiamente que “de pouco ou nenhum préstimo era este despacho assim” (Lobo 1971, 64).

Quando estas notícias chegaram a Goa (o próprio Jerónimo Lobo regressaria em Setembro de 1640) constituíram naturalmente um balde de água fria para o patriarca e para os que o acompanhavam na luta

¹⁵ Jerónimo Lobo não chegou a usar esta “relação”, redigindo uma nova diferente da anterior, diferente em alguns aspectos, nomeadamente nas justificações “históricas” e nas compensações materiais anunciadas para a conquista (Lobo 1971, 797-801 e Beccari 1903-1917, XIII, 137-140). Reservamos para outra oportunidade a comparação em pormenor os dois documentos.

para o regresso à Etiópia. Entre esses companheiros estavam alguns dos veteranos da missionação abexim: Manuel de Almeida, Manuel Barradas, António Fernandes, o próprio Jerónimo Lobo...

Entretanto, o patriarca, até ao fim da vida, iria recusar-se a abandonar, em quaisquer circunstâncias, a cidade de Goa, para, dizia ele, poder estar mais perto da "sua" Etiópia e argumentando, segundo relata o padre Baltasar Teles, "que quando se apartou de Portugal foi com uma viva resolução de não tornar mais a saudar os ares aonde se criou". Coimbra, Évora, mas também a sua aldeia de Santo Aleixo eram, cada vez mais, um definitivo e remoto passado, pontos fugazes na sua memória¹⁶.

Desde que, contra a sua vontade, o patriarca voltara das terras etíopes ao Estado da Índia, a sua luta desenrolava-se em três frentes:

1 – procurar manter o contacto com a comunidade católica na Etiópia e, se possível, introduzir novos sacerdotes (**solução pacífica**);

2 – elaborar materiais (textos e cartas geográficas) que justificassem, promovessem e facilitassem a tarefa de intervenção militar na Etiópia, bem como textos de carácter teológico e catequético que pudessem ser utilizados na preparação de novos missionários (**produção intelectual**);

3 – tentar conseguir, tão rapidamente quanto possível, a decisão política no sentido de uma intervenção militar que permitisse o regresso dos missionários, algo que eles designavam, devido ao objectivo táctico imediato que tinham traçado, como “empresa de Maçua” (**solução militar**).

1. A solução pacífica

A tarefa de manter contacto com os católicos da Etiópia, introduzindo, se possível, novos religiosos da Companhia no território revelou-se uma tarefa praticamente impossível.

O imperador Fasiladas, apoiado no clero tradicional etíope, assumira como tarefa imediata extirpar todos os sinais ligados à latinização e impedir qualquer contacto da população com os portugueses em particular e os europeus em geral. Um dos perigos que queria evitar era, obviamente, uma invasão do seu território pelos portugueses do Estado da Índia.

No interior da Etiópia a situação tornou-se insustentável para os católicos. Os padres europeus ou de origem europeia que tinham ficado clandestinos no território após a expulsão do patriarca, foram sendo mortos sem piedade. Em 1641, dos 9 religiosos da Companhia que lá se tinham mantido só restavam dois, que, todavia, nesse mesmo ano, foram presos e objecto de execução pública.

¹⁶ A memória da terra da sua infância e a recordação dos seus familiares santo-aleixenses talvez não fossem assim tão fugazes. Sabemos que se correspondeu, pelo menos, com a igreja da sua terra e, por volta de 1650, enviou da Índia, com o mesmo destino, uma valiosa colecção de paramentos. Tratámos desse assunto, marginal ao tema do presente artigo, em Caldeira 2016, 108-119.

Do ponto de vista externo, devido à recusa de relacionamento com os europeus, é costume falar-se de uma política de isolamento do imperador da Etiópia, o que não corresponde à realidade, bem pelo contrário. Alheio às diferenças religiosas, Fasiladas estabeleceu contacto com as autoridades turcas (“baxá e caqueás”) em Suaquém e Maçuá e com as arábes em Moca (Mokha), e, através do envio de “grossos presentes”, incitou-os a não permitirem que portugueses entrassem nos seus portos nem que padres católicos neles fizessem assento. Dentro da lógica do inimigo comum, estabeleceu também relações de boa vizinhança com o próprio rei da Arábia, a quem, por mais de uma vez, fez ofertas, nomeadamente de uma mula escolhida e de 60 escravos. Na tentativa de prevenir um ataque português à Etiópia, estendeu ainda a rede diplomática à Península do Indostão, tendo enviado escravos e cavalos ao “rei Mogor” [imperador Mogol ou grão-mogol] “para que entretivesse os portugueses com guerras para que não pudessem passar à Etiópia”¹⁷.

Dentro da mesma política, o imperador etíope terá enviado, em Março de 1648, três mensageiros seus com cartas para o “baxá de Suaquém”, pedindo-lhe que matasse todos os padres dos portugueses, pois inquietavam os seus vassalos. Em troca prometia mandar-lhe ouro no valor de duas mil patacas¹⁸.

Os “baxás” de Suaquém, que não queriam perder o comércio com Diu, nem sempre foram tão rigorosos como pretendia o seu vizinho etíope, mas o certo é que não há notícia de que algum religioso jesuíta, apesar das múltiplas tentativas, tenha conseguido entrar na Etiópia ou chegado, sequer, ao porto de Maçuá. E os missionários capuchinhos italianos que a *Propaganda Fide* enviou de Roma, julgando poderem triunfar onde os jesuítas tinham falhado, foram todos mortos antes de conseguirem pôr os pés em território etíope.

O patriarca bem tentou todo o tipo de estratégias para restabelecer o contacto com a comunidade católica: mandou, com esse destino, criados seus abexins supostamente anónimos; o padre António Botelho, então reitor do colégio de Diu, embarcou para o mar Vermelho em traje de mouro; o padre jesuíta Torquato Parissiano seguiu-lhe as pisadas vestido de mercador inglês ...¹⁹ Nenhum deles, todavia, conseguiu

¹⁷ Carta de D. Afonso Mendes para o Prepósito Geral da Companhia, 1 de Dezembro de 1646 (Beccari 1903-1917, XIII, 274-281; Beshah e Aregay 1964, 106). Além dos países referidos, a acção diplomática de Fasiladas (1632-1667) e dos seus sucessores, despertada pelas novas circunstâncias, alargou-se no espaço e no tempo, chegando ao Yemen, a Istambul (cerca de 1660), a Surate e a Dehli (1663-1664) e até a Batávia (1674-1675 e 1689-1691 e 1696-1697) onde um mercador arménio, seu embaixador, estabeleceu contacto com a Companhia holandesa. O estudo mais aprofundado sobre o assunto continua a ser o de Donzel 1979.

¹⁸ Relação de D. Afonso Mendes, 3 de Novembro de 1648 (Beccari 1903-1917, XIII, 295-309).

¹⁹ Declaração do vice-rei, conde de Aveiras, 1 de Setembro de 1641 (Beccari 1903-1917, XIII, 205-206); Proposta de D. Afonso Mendes, 23 de Dezembro de 1641 (Beccari 1903-1917, XIII, 212-216); Relação de D. Afonso Mendes, 3 de Novembro de 1648 (Beccari 1903-1917, XIII, 295-309).

ultrapassar Suaquém ou o porto árabe de Moca.

A tentativa de alimentar o catolicismo etíope por via pacífica esbarrava com um muro maciço de intolerância.

2. A produção intelectual

No exílio goês, uma área importante da acção de resistência do patriarca Afonso Mendes e dos seus companheiros, no sentido de manter viva a questão da “cristandade na Etiópia”, foi o da produção intelectual. As obras em que trabalharam, quase todas encomendadas ou pelo menos encorajadas pelo patriarca, orientavam-se em três direcções: valorizar o trabalho de missionação feito pelos jesuítas na Etiópia de modo a fundamentar a necessidade da sua continuação; dar o máximo de informações sobre o território etíope e portos limítrofes que justificassem e facilitassem uma eventual entrada militar; e preparar o argumentário necessário à catequização e ao debate teológico no ambicionado regresso.

O próprio trabalho de Afonso Mendes orientou-se em duas dessas direcções. Escreveu, por um lado, em latim, o extenso livro *Expeditionis Aethiopicae*, em que justificava a sua acção missionária e que, aparentemente, era destinado a ser lido, primeiro que tudo, na cúria papal e no interior da Companhia de Jesus. Dedicou-o, aliás, ao prepósito-geral da Companhia. Por outro lado, corrigiu demoradamente, em Goa, um livro que já tinha começado na Etiópia, uma espécie de catecismo ou, mais do que catecismo, de tratado teológico sobre os “erros” do cristianismo abexim, apresentado em versão bilingue, etíope e versão latina (*Bran Hamayot* ou *Luz da Fé*). Prudente e calculadamente, dedicou-o à Congregação da *Propaganda Fide*. Ambas as obras estavam prontas para os prelos em 1646 ou mesmo um pouco antes.

Manuel de Almeida, que, na Índia, era visitador da Companhia de Jesus, começou a escrever o seu livro (*História da Etiópia a Alta ou Abassia*) na Etiópia, cerca de 1630, mas continuou-o em Goa, tendo-o terminado em 1644, satisfazendo, tudo leva a crer, um pedido de Afonso Mendes (Salvadore 2010, 160).

A obra é dedicada, também não por acaso, ao rei D. João IV de quem se esperava decisivo apoio para a intervenção militar. Trata-se de um trabalho de fundo, destinado a mostrar as raízes históricas da presença portuguesa na Etiópia e a sublinhar a importância da missionação jesuítica, mas a que se junta também uma descrição pormenorizada dos aspectos geográficos, económicos e políticos do império abexim e onde não falta todo um capítulo com as “Razões pera se acudir aos católicos de Etiópia; declarando-se a facilidade da empresa e os grandes proveitos espirituais e temporais que dela se podiam conseguir” (Beccari 1903-1917, VII, 331-347) E, seguramente, não foi por acaso que o autor resolveu também inserir na sua obra um pormenorizado mapa do “emperio de Aethiopia” e do “mar Roxo”, assinalando os seus portos principais.

Um outro autor do grupo fiel ao patriarca era **Manuel Barradas** que, depois da missão na Etiópia, veio a ser reitor do Colégio de Goa e Provincial da Companhia de Jesus. Depois da expulsão da Abissínia ou, como ele concretiza, “na volta de Etiópia para a Índia e no cativeiro de Adem”, escreveu três tratados, que depois aplainou em Goa. São eles: “Do estado da Santa fé romana em Etiópia quando se lançou o pregão contra ela”; “Do reino de Tigrê e seus mandos em Etiópia”; e “Da cidade e fortaleza de Adem” (Barradas 1906, vol. IV). Todos eles se destinam a justificar ou dar informações práticas sobre a necessidade e a facilidade que haveria em conquistar os portos de Maçué (a que deveria seguir-se o reino de Tigrê), Zeila e Adem.

O **padre António Fernandes**, outro dos resistentes, esteve quase 30 anos na Etiópia, onde foi, aliás, superior da missão.

Começou a escrever na Etiópia e terminou em Goa, o livro em etíope, *Magseph Assetát*, isto é, *Flagellum mendaciorum*²⁰, outro tratado de combate aos supostos desvios do cristianismo etíope. O livro foi publicado em Goa (1642) pelo colégio de S. Paulo com os caracteres abexins que o papa Urbano VIII mandara a Afonso Mendes (Almeida 1907-1908, VII, 475-476).

Por fim, outro dos companheiros de missão e de resistência ao lado de Afonso Mendes foi **Jerónimo Lobo**, que também foi provincial da Companhia de Jesus na Índia.

A sua vida aventureira, quer na volta da Etiópia, quer na viagem da Índia para a Europa, onde, com já se disse, foi em missão diplomática, foram objecto da obra a que chamou *Itinerário*, redigido provavelmente em Lisboa, entre Março de 1639 e Março de 1640 (Lobo 1971, Introd., 37). Embora o livro aparente ser menos “empenhado” do ponto de vista político-religioso, não deixa de ter alguns dos *topoi* fundamentais, nomeadamente no que se refere à missão jesuíta na Etiópia e ao plano para a conquista de Maçué.

O empenhamento de Jerónimo Lobo neste “desígnio” revela-se também noutros aspectos da sua produção intelectual: na biblioteca dos Duques de Palmela, em Lisboa, existe um volume encadernado que contém, além de uma cópia do *Roteiro da viagem de Goa a Suez* de D. João de Castro [*Roteiro do Mar Roxo*] anotado por Lobo, sobretudo na parte da “Cosmografia de Etiópia sob o Egipto”, um texto original da sua autoria chamado “Relação de Maçué”, duas páginas de texto destinadas a completar a informação de dois desenhos anexos, traçados a tinta azul e com legendas indicativas dos lugares e das rotas que os navios haviam de seguir para entrar no porto de Maçué (Lobo 1971, Introd., 727-730).

A propósito da produção intelectual dos cinco referidos autores, importa destacar um aspecto: com

²⁰ O padre António Fernandes morreu em Goa, em 13 de Novembro de 1642. Postumamente foi publicado nessa cidade, em 1652, com prefácio de Afonso Mendes, um outro livro seu que escrevera primeiramente em etíope e depois verteu para português: *Vida da Santíssima Virgem Maria Mãe de Deus Senhora Nossa*.

excepção do livro do padre Fernandes, editado em Goa, nenhuma das outras obras, embora todas enviadas para a Europa, prontas para publicação, foi editada em vida dos seus autores ou nos tempos mais próximos. Ao contrário do que eles tinham pensado, e do que nos pode parecer hoje, nem Roma nem Lisboa estavam muito interessadas em que lhes recordassem, nem em termos de presente nem sequer de passado, a questão do catolicismo na Etiópia.

3. A solução militar

O esforço do patriarca para levar à prática a “empresa de Maçuí”, cujo projecto começara a desenhar imediatamente a seguir à ordem de expulsão da Etiópia, exigia uma decisão que continuará a ser tentada através da pressão junto dos vice-reis (que dispunham de apreciável grau de autonomia) ou através de correspondência directa com corte de Lisboa/Madrid, na expectativa de uma acção vinculativa do monarca. Durante algum tempo, D. Afonso Mendes confiou também que o Sumo Pontífice e a Congregação da *Propaganda Fide* poderiam usar a sua influência junto do rei de Espanha para se obter um rápido apoio aos católicos de Etiópia²¹, mas cedo foi perdendo as ilusões de que pudesse haver, desse lado, alguma intervenção favorável²².

A posição do governo de Filipe IV não era, aparentemente, hostil às posições defendidas pelo patriarca. No entanto, ao deixar a decisão nas mãos dos vice-reis, sem disponibilizar qualquer reforço em dinheiro ou em efectivos militares, em tempos de reconhecidas carências, estava apenas a adiar as hipóteses de solução. Assim, em 16 de Janeiro de 1636, Filipe IV dizia ao vice-rei, que, “sendo possível mandar armada [ao mar Roxo] o fizesse” e, em 29 de Março de 1638, já depois da entrevista com Jerónimo Lobo, escrevia: “Considerando agora que se as cousas e aperto desse estado e a muita falta que padece de gente derem lugar a que se acuda a favorecer a cristandade de Etiópia com armada, na forma que se propõe no papel de Jerónimo de Lobo e ocupar e sustentar a ilha de Maçuí, será muito conveniente se faça. Assim como deixei em vós o mandar a armada que se apontara no conselho que vos assiste, me pareceu remeter-vos também o que agora acresço de novo para que, tendo tudo presente, disponhais e executeis o que julgardes mais acertado e se puder obrar, entendendo que desejo eu muito que em favor daquela cristandade se faça tudo o que for possível, avisando-me do que obrardes”²³.

A posição de D. João IV veio a ser sensivelmente a mesma, mas as dificuldades em dar-lhe resposta positiva na Índia eram, no seu tempo, pela situação de guerra com Espanha e de crise financeira

²¹ Carta de Afonso Mendes para S. C. de Propaganda Fide, Goa, 22 Fevereiro 1637 (Beccari 1903-1917, XIII, 123-124).

²² Carta do cardeal prefeito da Sagrada Congregação da Propaganda Fide, 12 Setembro 1637 (Beccari 1903-1917, XIII, 128-129).

²³ Carta de Filipe IV para o Vice-rei da Índia, 29 de Março de 1638 (Beccari 1903-1917, XIII, 140-141).

generalizada, ainda mais gravosas, o que levava a que o monarca aconselhasse “respeitar em primeiro lugar as forças e possibilidades com que esse Estado se acha para se poder intentar e dar princípio à empresa”²⁴.

No final de 1644, foi vista no Conselho do Estado, em Goa, mais uma proposta do patriarca Mendes para a tomada de Suaquém e Maçuá, em que, como costume, se acentuava a facilidade e o pouco risco da empresa. A resposta do Conselho não deixou margem para qualquer contestação: “A proposta do Patriarca pareceu mui justa e bem fundada. A execução poder-se-á obrar quando o permitir o tempo mais favorável, que, de presente, em forma alguma a consente”²⁵.

Entretanto Afonso Mendes, na tentativa de convencer as autoridades locais ia diminuindo as exigências em homens e material a que a expedição obrigava. Assim, em vez de “duas galés, dois galeões, alguns navios de remo e uns 400 soldados” de que sempre falara (e Manuel Barradas chegara a apontar para 4000 homens, nesse caso para conquistar também o reino de Tigrê), o patriarca, numa relação de 1648, mantém que “não há outra solução que a entrada militar” mas agora considera possível fazê-la “talvez apenas com 4 navios e 80 portugueses”²⁶.

D. Afonso Mendes fez chegar este prodigioso cálculo ao rei de Portugal que, por sua vez, o reenviou para o vice-rei da Índia, D. Filipe de Mascarenhas, incluindo o comentário do patriarca de que “com isso, o rei da Etiópia se havia de acobardar...”. Querendo acreditar em tanta fartura, no meio das misérias gerais, D. João IV acrescentava para o seu representante em Goa: “E posto que as cousas neste reino e desse estado estão no que vos é presente, contudo vos quis encomendar que comunicando-vos com o Patriarca e podendo em alguma ocasião e em alguma maneira acudir a cousa tanto do serviço de Nosso Senhor e meu, o façais na melhor forma que possa ser”²⁷.

Quando a carta do rei de Portugal chegou a Goa, já o vice-rei tinha sido substituído interinamente por uma junta de governo formada pelo arcebispo de Goa e dois membros da nobreza. É provável que nenhum deles morresse de amores pelo patriarca (os jesuítas não eram bem vistos nos círculos do poder) mas, de qualquer forma, depois de avaliaram o que se podia fazer com 80 homens de armas e de calcularam a distância a que ficava o reino da Etiópia do porto de Maçuá, comunicavam, em 1651, com sarcasmo, a D. João IV que não se alcançava “o fundamento que teve o Patriarca da Etiópia em dizer a Vossa Majestade que com quatro navios que chegassem a Maçuá se acobardaria o rei da Etiópia”. E, para darem sinal da menorização em que tinham D. Afonso Mendes acrescentavam, desobedecendo ao monarca: “o conselho decidiu não comunicar a carta régia ao patriarca”²⁸.

²⁴ Carta de D. João IV para o vice-rei da Índia, 4 de Abril de 1644 (Beccari 1903-1917, XIII, 245-246).

²⁵ Carta do vice-rei para D. João IV, 1 de Janeiro de 1645 (Beccari 1903-1917, XIII, 248-249).

²⁶ Relação de D. Afonso Mendes, 3 de Novembro de 1648 (Beccari 1903-1917, XIII, 295-309).

²⁷ Carta de D. João IV para o vice-rei da Índia, 25 de Janeiro de 1651 (Beccari 1903-1917, XIII, 376).

²⁸ Resposta do Vice-rei a D. João IV, 21 de Dezembro de 1651 (Beccari 1903-1917, XIII, 383).

Por essa data, com exceção talvez do próprio patriarca e dos raros seus companheiros ainda sobreviventes, poucos acreditavam já na possibilidade de fazer reverter a situação religiosa na Etiópia e eram ainda menos os que pensavam que a solução pudesse ser uma solução armada. O patriarca morreria em 1656, velho, doente e muito desiludido. Desde que deixara a Etiópia, tinham sido mais de 20 anos de luta numa guerra perdida.

Vale a pena dizer que, para lá dos responsáveis políticos que impediram ou foram adiando a hipótese da solução militar, houve também entre os amigos e habituais aliados dos jesuítas quem não estivesse de acordo com o que implicava a “empresa de Maçuá”. Foi o caso de Manuel Severim de Faria, a quem o padre Manuel Barradas enviara, em primeira mão, os seus três tratados, a que atrás fizemos referência. Em resposta ao autor, Severim de Faria mostrou-se agradado pelo seu conteúdo, com uma exceção: não concordava que se empregasse a “milícia da Índia” na empresa da missão. Barradas respondeu-lhe que não se tratava de “introduzir a fé pelas armas”, pois “a fé na Etiópia estava metida sem armas. Só se pretende assistência dos Portugueses perto da Etiópia para à sua sombra os católicos a poderem professar publicamente e terem um encosto a que se possam acolher em tempo de necessidade”²⁹.

Também D. Afonso Mendes sentiu necessidade de responder a Severim de Faria, com argumentos semelhantes aos de Barradas: “Nós não tratamos de fazer guerra aos abexins, se não de tomar algum porto de mar em que façamos assento; o que se há-de tomar da mão dos Turcos que são injustos possuidores e inimigos nossos declarados”. E como o cónego eborense argumentava também com a necessidade de não dividir forças enfraquecendo mais o fraco Estado da Índia, o patriarca respondia-lhe que, se os portugueses estavam fracos e impossibilitados, os turcos não o estavam menos “porque os Arábios os têm lançado fora de todo o sertão e costa, de modo que desde Adem ao Suez já só possuem os portos de Maçuá e Suaquém, que são os que mais nos servem a nós”³⁰.

Conclusão

O período entre 1603 e 1632 é o de mais intensa missão católica na Etiópia. Os imperadores etíopes, sujeitos a um processo de descentralização e erosão do poder, promovido sobretudo pelos governadores das províncias, viram na latinização da igreja uma forma de contrariar essas forças centrípetas, pois esperavam que pudesse ser acompanhada pela adopção de modelos europeus de governação e sobretudo pelo estabelecimento de alianças político-militares que lhes permitissem o acesso a soluções mais eficazes de defesa e combate.

²⁹ Carta de Manuel Barradas para Manuel Severim de Faria de 7 de Janeiro de 1637 (Beccari 1903-1917, XIII, 117),

³⁰ Carta de Afonso Mendes para Manuel Severim de Faria, Goa, 9 Janeiro 1637 (Beccari 1903-1917, XIII, 119-122).

A promessa feita pelos missionários jesuítas de que a obediência à Igreja Católica, com a aceitação de um patriarca nomeado por Roma e não por Alexandria, se faria acompanhar de auxílio militar, nunca foi cumprida. Isso era tanto mais grave quanto a necessidade de resistir à mudança religiosa servia de bandeira à nobreza rebelde para enfrentar a vontade de poder do imperador. Para este, o preço da latinização revelava-se demasiado caro. Desta forma, a aceitação inicial de Susenyos não tardou a transformar-se em desconfiança e a desconfiança em hostilidade.

O patriarca D. Afonso Mendes, que entrara quase em triunfo na Etiópia em 1625, foi obrigado a abandonar o país em 1633. Expulso pela força, o patriarca esperava regressar à Etiópia com o suporte da força.

Ele e os seus companheiros mais directos confiavam em que, nesse momento crítico, não lhes faltaria o apoio da Santa Sé, do rei de Portugal e do vice-rei da Índia que antes tinham falhado no auxílio efectivo ao imperador etíope.

No entanto, a conjuntura não podia ser mais desfavorável.

Na Cúria Romana, toda a responsabilidade sobre a evangelização passara para a Congregação de *Propaganda Fide*, fundada em 1622. E a nova congregação não só era contrária à intervenção dos Estados ibéricos na missionação ultramarina, como estava longe de valorizar o trabalho da Companhia de Jesus, nomeadamente a sua acção na Etiópia.

Quanto à corte do rei Filipe IV, os bons sentimentos em relação ao reforço do catolicismo etíope não eram suficientes para que se decidisse a desviar recursos que lhe eram necessários na Europa e noutros pontos do império. E quando os Habsburgo foram substituídos, em Portugal, pela Casa de Bragança, as dificuldades não diminuíram, bem pelo contrário.

Entretanto, no Estado da Índia, que dispunha de uma ampla autonomia, vivia-se desde o início do século XVII uma grave situação comercial, financeira e político-militar, mostrando as instituições uma grande incapacidade em responder à chegada dos rivais europeus e à instabilidade criada (Disney 1981; Boxer 1982). Cristóvão de Moura, em carta para Filipe II, dizia uma daquelas frases óbvias sobre as três coisas essenciais para a defesa do Estado da Índia, frase que ganha, no entanto, a força de um aforismo, pois a enunciação dos vários componentes já tem pressuposta a sua carência. Dizia ele que a Índia, para se defender, precisava de “dinheiro, homens e navios” (Disney 1981, 81). No Estado da Índia, na primeira metade do século XVII não havia nem dinheiro, nem homens nem navios de guerra suficientes para acorrer aos vários desafios que se lhe erguiam nos quatro cantos do império asiático.

Fosse como fosse, e apesar de todos os seus esforços ao longo de mais de 20 anos, D. Afonso Mendes e os seus companheiros veteranos na missionação abexim, não conseguiram nenhum do apoio militar que consideravam necessário para voltarem a aproximar-se da comunidade católica da Etiópia.

Essa impossibilidade, cuja responsabilidade se reparte entre o vice-reinado de Goa e o poder central de Madrid ou de Lisboa, tem tudo a ver, obviamente, com as dificuldades do Estado da Índia, com o receio de desafiar o poderio turco e com o medo de dividir e enfraquecer ainda mais as fracas forças disponíveis no terreno. Mas a isso terá de se acrescentar, muito provavelmente, o facto de, há décadas, se ter desistido de intervir no Mar Vermelho. E ainda, talvez, a tensão nunca resolvida entre as autoridades civis e a Companhia de Jesus, a que haveria que juntar, por fim, o problema mais geral do peso relativo do factor religioso e do factor económico nas decisões políticas. Mesmo quando as motivações religiosas eram apresentadas em alta voz na boca do palco, foram quase sempre as razões económicas que acabaram por ser decisivas nas resoluções políticas.

Bibliografia

- Almeida, S. J., Manuel de. 1907-1908. "Historia Aethiopiae." In *Rerum aethiopicarum*, ed. Camillo Beccari, vols. V-VII. Roma: C. de Luigi.
- Barradas, S. J., Manuel. 1906. "Tractatus Tres Historico-Geographici." In *Rerum aethiopicarum*, ed. Camillo Beccari, vol. IV. Roma: C. de Luigi.
- Beccari, S. J., Camillo, ed. 1903-1917. *Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti a saeculo XVI ad XIX*. 15 vols. Roma: C. de Luigi.
- Beshah, Girma, e Merid W. Aregay. 1964. *The question of the union of the churches in Luso-Ethiopian relations: 1500-1632*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Boxer, C. R. 1982. *A Índia portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Ed. 70.
- Caldeira, Arlindo M. 2016. *A aldeia de Santo Aleixo. Viagem ao passado de um povo da raia*, Moura: Câmara Municipal.
- Cohen, Leonardo. 2005. "The Jesuit Missionary as a Translator (1603-1632)." In *Ethiopia and the missions. Historical and Anthropological Insights*, ed. Verena Böll et al., 11-30. Münster: Lit Verlag.
- Cohen, Leonardo. 2009. *The Missionary Strategies of the Jesuits in Ethiopia (1555 –1632)*, Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- Disney, A. R. 1981. *A Decadência do Império da Pimenta. Comércio português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Ed. 70.
- Donzel, Emeri van. 1979. *Foreign relations of Ethiopia, 1642-1700. Documents relating to the journeys of Khodja Muräd*. Istambul: Nederlands Historisch-Archaeologisch Inst.
- Fernandes, António. 1642. *Magseph assetat id est Flagellum mendaciorum*. Goa: Collegio S. Pauli, Societatis Iesu.
- Franco, S. J., António. 1719. *Imagem da Virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio de Jesus de Coimbra em Portugal*. Évora: Oficina da Universidade.
- Lobo, Jerónimo. 1971. *Itinerário e outros escritos inéditos*, ed. crítica do P.º M. Gonçalves da Costa. Porto: Livraria Civilização.
- Martinez d'Alós-Moner, Andreu. 2006, "Europe and Ethiopia's Isolation: The Ethio-Jesuit Paradigm Revised (16-17cent.)." in *Umbrüche in afrikanischen Gesellschaften und ihre Bewältigung. Beiträge aus dem Sonderforschungsbereich 520 der Universität Hamburg*, ed. Ludwig Gerhardt et al., Berlin: Lit Verlag.
- Pennec, Hervé. 2003. *Des jésuites au royaume du Prêtre Jean (Éthiopie). Stratégies, rencontres et tentatives d'implantation 1495-1633*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pissurlencar, Panduronga, ed. 1953-1972. *Assentos do Conselho do Estado*. 5 vols. Goa: Tipografia Rangel.
- Salvadore, Matteo. 2010. "The Jesuit Mission to Ethiopia (1555-1634) and the Death of Prester John", In *World-Building and the Early Modern Imagination*, ed. Allison B. Kavey, 141–172. New York: Palgrave Macmillan.
- Teles, S. J., Baltasar. 1660. *História geral de Ethiopia a Alta*. Coimbra: Oficina de Manuel Dias.

Introdução

O Início da actividade fotográfica de Zambrano Gomes em Moura coincide com a altura em que se quebra o conceito praticado duramente todo o século XIX e início do século XX, no qual os lugares eram consagrados como pontos de vista privilegiados através da edição de panoramas, situação que acontecia igualmente com as pequenas edições de gravuras que serviam para fixar locais próprios para observação de belas paisagens. Esta ruptura deu início às colecções de bilhetes-postais ilustrados, que não passavam efectivamente de fotografias editadas em formato 9x13cm e para as quais a circulação através das relações pessoais se tornou uma interessante forma de correspondência e divulgação do trabalho dos fotógrafos.

Os panoramas produzidos no século XIX que permitiam uma imersão de 360° na paisagem, utilizando para isso uma insistência na linguagem pictórica e muito romantizada, tornaram-se escassos, uma vez que as imagens utilizadas a partir do início do século XX, impressas a partir de registos fotográficos produzidos industrialmente, abriram portas a outras possibilidades de representação dos espaços, sobretudo no que respeita à paisagem urbana. O início desta época ditou uma nova relação fragmentária, onde o recorte preciso passou a definir a imagem fotográfica. A banalização destes processos ficou então ao dispor de qualquer amador que por não estar preso a qualquer dogma de estética intelectual acabou por revolucionar a forma de fotografar, contrariando deliberadamente os manuais de fotografia editados pelas fábricas de material fotográfico

As edições de postais com vistas fotográficas vulgarizaram-se no início do século XX numa altura em que a fotografia era considerada própria apenas de ricos, mas que a simplificação industrial que os processos fotográficos sofreram tornou acessível a quase todos os remediados. Se no início do século os produtos fotográficos eram considerados como objectos de luxo, a partir sobretudo de 1932 a actividade fotográfica passou a ser apoiada em concursos e salões sem que se optasse por qualquer critério selectivo. Desta forma a alienação a que estava conferida a actividade fotográfica por parte dos movimentos intelectuais era cada vez mais contrastante com a sua solicitação para a promoção turística através de colecções de postais. As imagens originais produzidas nesta época sempre estiveram dependentes de uma actividade editorial, desta forma a ligação da fotografia com os processos fotomecânicos tornava os editores, desenhadores, gravadores, impressores e fotógrafos inseparáveis. Durante as primeiras duas décadas do Século XX, são conhecidos com actividade relativa a Moura, os editores locais A. Arouca (1906/1907), André dos Santos Conceição (1923)¹; sediados em Lisboa a Empresa das Águas de Moura

¹ Editor local, natural de Moura, proprietário da tabacaria central e papelaria, teve estabelecimento instalado na Rua da República até Setembro de 1923, altura em que mudou as instalações para a Rua Conselheiro Augusto de Castro. A sua colecção baseou-se em clichés cedidos por outros editores e embora a edição seja de 1923 os clichés utilizados são todos da primeira década do século XX.

(1901)², Alberto Malva (1902-1903), Paulo Guedes & Saraiva (1906) e o gravador Pires Marinho com atividade entre 1907 e 1910.

Em 1919 instalou-se em Moura o Salão Parisiense, e já existia na Rua das Mollejas nº 37 a Fotografia Brasil. Gracindo Sayal anunciava em 1921 os serviços de fotógrafo no seu atelier provisório instalado na Rua de Arouche, na mesma rua onde estaria instalado dez anos mais tarde o Salão Mourense. Os fotógrafos amadores João Vilanova de Vasconcelos³ e José Paulo Barradas⁴ editaram colecções fechadas de imagens em 1926 e 1928 respectivamente, enquanto José Caeiro Carvalho Rico, produziu alguns clichés utilizados pela imprensa local. Júlio Pedro Garcia, fotógrafo de nacionalidade francesa natural de Bordéus, de nome verdadeiro Pierre Jules Garcia esteve instalado em Moura entre 1937 e 1940, com residência na Rua de Arouche.

Mário de Macedo abriu em 1938 na Praça Gago Coutinho a Foto-Arte, especializada em passes, ampliações e fotografia artística, no mesmo ano aparecem algumas referências a Leopoldino da Conceição Rodrigues estabelecido em Moura como fotógrafo. Óscar Teixeira de Sousa fotografou para a Comissão de Turismo de forma esporádica nos anos 40, e durante a mesma década a imprensa local utilizou alguns clichés de Joya de Noronha e de Jaime V. Godinho. Ao serviço da Comissão Municipal de Turismo⁵ surgem ainda os nomes de José Bule com uma encomenda em 1942 e Foto Mourato em 1950⁶.

É justo dizer que todos deixaram um legado de extrema importância para o estudo da história e evolução urbana de Moura, mas foi Zambrano Gomes que pela forma exaustiva como fotografou a vila, o concelho, as gentes, os locais, os costumes, as tradições e as actividades agrícolas durante duas décadas, criou o maior número de registos, hoje indispensáveis naquilo que é a compreensão do passado, não se limitando apenas às fotografias de estúdio, reportagens de eventos ou visitas oficiais.

² A empresa das Águas de Moura teve ao seu serviço o fotógrafo F. Villas Boas e o Estúdio “Fotografia Albuquerque” com sede em Beja.

³ João Vilanova de Vasconcelos Correia de Barros, natural da Vidigueira, proprietário e membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, dedicou grande parte da sua vida ao estudo da arqueologia e heráldica sendo da sua autoria o livro “Armas de Moura” editado em 1929. Foi colaborador assíduo do “Jornal de Moura” para o qual produziu vários artigos. Os seus clichés foram editados em postal em 1926 embora alguns clichés sejam anteriores a essa data. Faleceu em 1932 com 55 anos de idade.

⁴ José Paulo Barradas, fotógrafo e editor, natural de Odemira e residiu em Moura na década de 30, produziu clichés sobretudo para a imprensa, sendo colaborador do “Jornal de Moura”. Foi fotógrafo oficial da Comissão de Iniciativa e Turismo até 1932. A sua colecção cuja edição data de 1928 foi impressa em Lisboa pela empresa “Ocogravura, Lda.”, usando clichés próprios. No final dos anos 30 rumou a Lisboa onde se estabeleceu como jornalista, proprietário e editor de algumas revistas.

⁵ De acordo com os registos de pagamentos, para a Comissão Municipal de Turismo entre a década de 50 e 70 fotografaram também: Armando Raposo (Beja), Firmino do Carmo, Estúdios Mário Novais, Estúdios Bertrand & Irmãos, José Rodrigues Mourão, José Maria Janeiro, Lino Quintela (Lisboa), J.C. Alvarez (Lisboa), António Passaporte (Lisboa), Foto Joiarte (Moura) e Pedro da Conceição Floreano (Moura)

⁶ Foto Mourato tinha instalações na Rua Dr. Garcia Peres em Moura.

O legado

As imagens de Zambrano Gomes constituem um contraponto entre a destruturação espacial e emocional inerente a qualquer alteração física dos espaços, sendo a sua apresentação quase sempre associada à intenção de conservar a memória dos mesmos. Não possuía a técnica tão apurada como outros fotógrafos da sua altura, talvez por não ser esta a sua principal atividade, mas a forma contínua e exaustiva como fotografou o concelho e sobretudo a vila de Moura permite-nos hoje reconhecer as mudanças ocorridas, que ao mesmo tempo representam a visão oficial da vila perante o Estado Novo, não escapando à sua objetiva as inaugurações de equipamentos e comemorações, desta forma a sua obra, embora que inadvertidamente, reflete a importância que as artes gráficas desempenharam na implementação e na estética do regime, sobretudo nos anos 40.

Importa salientar que à compreensão dos locais representados e à sua evolução está também ligado o aspecto de produção da imagem, onde o ponto de vista do fotógrafo, o enquadramento e a nitidez desempenham um papel importante. Foi nestes aspectos que Zambrano Gomes se diferenciou, a sua sensibilidade artística, fruto da experiência adquirida na sua anterior actividade, permitiu-lhe captar de forma objectiva os mais diversos aspectos do quotidiano mourense, sobretudo os elementos históricos, culturais e arquitectónicos perpetuados nas várias edições de fotografias editadas depois em postais ao serviço da Comissão de Turismo, que se assumiram mais tarde como uma importante fonte documental na qual a fotografia, tanto para postais como para propaganda turística, representa um recurso suplementar para a compreensão da história urbana e arquitetónica de Moura. Fotografou também.

O espólio fotográfico deixado por Zambrano Gomes é muito vasto, festas, costumes, feiras actividades agrícolas e tradições religiosas, tudo isto foi alvo da sua objectiva. O recurso apenas a legendas de identificação espacial, permite-nos observar o processo de crescimento urbano de forma linear e ao mesmo tempo identificar alguns aspectos modernizantes e de mudança, deixando sempre transparecer a ideia de que o antigo era incorporado como uma fase anterior e ao mesmo tempo marcava um processo de desenvolvimento contínuo.

É certo que antes de Zambrano Gomes, outros fotógrafos houve que dedicaram parte da sua atividade a Moura, mas nenhum deles percorreu o concelho como Zambrano Gomes e de forma tão exaustiva, e foi no seu trabalho que a visão da década de 30 e 40 do nosso concelho ficou perpetuada. O coração do centro histórico de Moura sempre despertou muito interesse em Zambrano Gomes, que fotografou os arruamentos existentes no interior do castelo, tendo em linha de conta o modo de vida da camada da população que aí habitava nos anos 30 permitindo-nos a sua revisitação. A monumentalidade dos espaços que fotografou bem como o modo de vida da população constituem o registo mais puro do quotidiano Mourense enquanto reflexo de uma Moura de outros tempos.

Para termos uma noção da dimensão da actividade desenvolvida por Zambrano Gomes basta dizer que para além dos clichés produzidos para particulares e a actividade de estúdio, durante o período que trabalhou com a Comissão de Turismo efectuou entre 1936 e 1950 sete encomendas de postais sendo a primeira constituída por 300 exemplares, 29 encomendas de fotografias turísticas e outros tantos trabalhos de cartazes e propaganda.

De nacionalidade espanhola, Segundo Zambrano Gomes era filho de António Zambrano Fernandes e Antónia Gomes Acosta⁷. É no entanto difícil apontar com exactidão a data do seu nascimento bem como a naturalidade, uma vez que existe uma discrepância entre a data e naturalidade apontadas no Certificado de Nacionalidade⁸, 12 de Março de 1883, natural de Oliva de Jerez e o Registo de Baptismo que refere 28 de Maio de 1885, natural de Badajoz. Faleceu em Moura a 18 de Janeiro de 1953 no hospital da Misericórdia depois de algum tempo de internamento. Considerando a data do certificado de nacionalidade terá falecido com 69 anos e está sepultado no cemitério de Moura, quadro 2, nº 109⁹.

O percurso

É difícil estabelecer uma data concreta sobre o início da sua actividade profissional, apesar de ter produzido vários clichés que colocou em circulação através da edição de postais, não seria esta a sua principal actividade, assim se justifica que não se conheçam registos da existência de um atelier instalado em Lisboa e que os arquivos existentes sejam todos referentes a Moura e posteriores a 1936, altura em que terá iniciado a sua actividade fotográfica a tempo inteiro, sendo referenciado como fotógrafo de actividade isolada apenas em Moura. Operador cinematográfico de profissão foi nesta área conheceu Roberto Nobre, cineasta natural de São Brás de Alportel e com quem colaborou na edição do Guia-Álbum do Algarve editado em 1932 da autoria de Mário Lyster Franco¹⁰ e no qual Zambrano Gomes para além de produzir as imagens foi responsável pela organização fotográfica do livro e Roberto Nobre o autor das ilustrações.

É da sua autoria o friso artístico do Café Aliança em Faro para o qual produziu em 1932 as imagens que constituem uma verdadeira galeria de propaganda turística do Algarve. Ainda nesta localidade editou uma colecção de postais focando os mais variados aspectos desde a faina marítima até ao quotidiano mais comum.

⁷ Registo de Baptismo, nº 109, fl.55, 1903, ADB

⁸ Este documento permitia adquirir a autorização de residência junto da autoridade administrativa local, e estava sujeito a uma renovação anual e apenas com este documento era consentida a residência de estrangeiros em Portugal, assim ficou estabelecido pelo Convénio Internacional de 1870. No caso dos Espanhóis residentes no concelho de Moura o Certificado era emitido pelo Vice-consulado de Espanha em Moura. A autorização de Residência devia ser solicitada no prazo de 48 horas a contar da data de emissão do Certificado de Nacionalidade.

⁹ Registo Geral de Inumações, Livro 10, fl.40, AMMRA

¹⁰ Mário Lyster Franco foi presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo de Faro em 1932.

As facilidades encontradas por Zambrano Gomes para trabalhar com as Comissões de Turismo terão sido proporcionadas também através de Roberto Nobre, que para além de cineasta era também artista plástico e colaborador oficial da Revista Turismo durante a década de 30 do século XX.

No algarve produziu vários clichés editados em postal com os quais constituiu colecções fechadas e numeradas que editou ao serviço de casas comerciais, Comissões de Turismo e Câmaras Municipais, o mesmo aconteceu no Alentejo onde no início da década de 30 fotografou Mourão, Reguengos de Monsaraz, Monsaraz e mais tarde Évora, Arraiolos, Redondo e Vila Viçosa.

No caso de Évora a colecção é sobretudo constituída por imagens do Hotel Eborense, que terão sido encomendadas por João Guerra, natural do Algarve e que a par do Hotel Eborense geria também os Hotéis das Caldas de Monchique e Praia da Rocha. Em Arraiolos a colecção numerada foi encomendada para edição de A. J. Pinto e no caso do Redondo por João Félix Pereira. Em Vila Viçosa a edição foi da Papelaria Amaro.

Em Loulé são da sua autoria as imagens que ilustram o nevão ocorrido em Fevereiro de 1933, o restante espólio fotográfico foca essencialmente aspectos urbanos, o mesmo acontecendo com a edição referente a Tavira.

Em Armação de Pêra e Quarteira produziu sobretudo imagens das estâncias balneares, ao serviço das respectivas Comissões de Iniciativa e Turismo.

Fotografou também Faro e Lagos mas tal como nos outros locais nunca teve ali atelier instalado, nem existem sequer referências a imagens que não sejam as que foram editadas em postal. Nestas duas localidades que já possuíam estúdios de fotografia profissionais, casos de José Crisóstomo dos Santos em Lagos e Samorinha em Faro, a sua actividade processava-se através de deslocações periódicas que efectuava para recolha de imagens e que posteriormente comercializava, em Lagos cujo seu trabalho foi centrado sobretudo em espaços urbanos, terá efectuado apenas quatro deslocações em 1932.

Depois de percorrer todas estas localidades sem se fixar em nenhuma delas, a questão que se coloca é o porquê a escolha de Moura para implantação da sua actividade fotográfica. Várias condições propiciaram a sua instalação nesta vila alentejana, aqui encontrou o contexto ideal, pois não existia nenhum fotografo a tempo inteiro, José Paulo Barradas cessou a actividade com a Comissão de Turismo em 1932 e não era fotógrafo de atelier, Vilanova de Vasconcelos faleceu nesse mesmo ano, António Franco, com o qual Zambrano Gomes terá aprendido a assinatura colocada nas fotos, produziu também alguns clichés no final da década de 30, com bastante qualidade mas de forma casual, outros que tiveram actividade nesta altura não executavam fotografia artística, dedicavam-se apenas a efectuar fotografias de estúdio e tipo passe. Um factor também importante terá sido a existência da Comissão de Turismo¹¹, e a necessidade

¹¹ Em Moura a Comissão de Iniciativa e Turismo foi criada em 1929, assim foi designada até Dezembro de 1936. Em 1937 passa a designar-se Comissão Municipal de Turismo de acordo com o código administrativo em vigor, o qual estipulava igualmente que deveria ser nomeado para Presidente da mesma comissão o vereador responsável pelo pelouro do Turismo.

conhecida que esta organização possuía para produção de imagens de propaganda turística, recorrendo na maior parte das vezes a imagens cedidas por particulares ou amadores. Neste capítulo não deixa de ser curiosa a proximidade de Zambrano Gomes com as entidades oficiais como a Comissão Municipal de Turismo, Câmara Municipal e Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Era esta proximidade que lhe permitia registar imagens de acontecimentos aos quais nem todos teriam acesso, basta referir que são da sua autoria os registos da queda do quadrimotor alemão em Santa Marta no ano de 1941, bem com as imagens relativas às cerimónias fúnebres dos pilotos alemães.

A chegada de Zambrano Gomes a Moura constituiu na verdade um regresso, seu pai era industrial e manteve relações comerciais com os principais comerciantes da Vila Moura. Com residência na Mouraria, Zambrano Gomes e seus pais viveram em Moura no início do Século XX, sendo baptizado na Igreja de São João Baptista em 1903¹². Até hoje não foi possível perceber por que razão foi baptizado já em idade adulta, uma vez que possivelmente já teria sido baptizado em Espanha, justificando assim a necessidade de autorização do Bispo de Beja para a realização do acto. A razão que nos parece mais credível será o facto de os baptismos no início do Século XX constituírem, para além do acto em si, uma afirmação das relações sociais, ficando os intervenientes vinculados por uma relação de afinidade, e os seus padrinhos eram comerciantes muito bem posicionados do ponto de vista social e político na vila de Moura.

A Actividade em Moura

Apesar da sua conhecida actividade enquanto fotógrafo no concelho, não foi essa a actividade que o trouxe a Moura. Quando em Novembro de 1934 tomou contacto com a Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Moura, foi como operador cinematográfico, sendo sua intenção realizar um filme promocional sobre Moura em colaboração com esta mesma Comissão e a Câmara Municipal da então Vila. A rolagem do documentário teve início no dia 16 de Dezembro de 1934 no cine teatro Caridade durante o intervalo do espectáculo “Estranho Interlúdio”¹³. Para além do apoio da Comissão de Iniciativa e Turismo o filme foi financiado em 1.000\$00 pela empresa das Águas de Moura Assis&Companhia, que em contrapartida ficou com a propriedade da parte da película referente às suas oficinas. O filme foi exibido em positivo em Setembro de 1935.

Era Presidente da Câmara o Tenente Coronel e Médico António Machado Acabado¹⁴. A Comissão Municipal de Iniciativa e Turismo era presidida então por Vitor Pacheco Mendes, no entanto foi incumbido

¹² Cit. 7

¹³ Estanho interlúdio, comédia musicada falada em inglês que contava no elenco com Norma Shearer e Clark Gable. No mesmo espectáculo estavam ainda inseridas as películas “Sé de Portalegre”, “O mundo que baila” e “O Gato e o Rato”.

¹⁴ António Machado Acabado foi Presidente da Câmara entre 1933 e Outubro de 1936, natural de Santo Aleixo. Exerceu em 1931 o cargo de Presidente da SFUM “Os Amarelos”. Entre Outubro de 1936 e Março de 1937 foi substituído pelo Vice presidente José Joaquim Frasquilho, até final de 1937 exerceu as funções Francisco Garcia Y Garcia. António Machado Acabado faleceu em 1940.

o vogal Dr. António Fialho Pinto¹⁵ de tratar das questões de imagem e propaganda, incluindo os contratos com Zambrano Gomes.

O seu primeiro trabalho fotográfico sobre o concelho de Moura foi executado a partir da sua residência em Lisboa. Tratou-se de uma colecção de fototípias, editadas em postal no ano de 1935, referentes a Amareleja e impressos na empresa Ocogravura, Lda. Nesse mesmo ano organiza pequenas exposições de fotográficas pelas montras dos estabelecimentos comerciais da Vila situados na Rua da República. O reconhecimento da qualidade dos seus clichés valeu-lhe a colaboração com o “Jornal de Moura” a partir de Maio de 1935, altura em que publica pela primeira vez uma fotografia sua para ilustração de um artigo.

A colaboração mais assídua com a Comissão de Iniciativa e Turismo iniciou-se em Maio de 1936, quando Zambrano Gomes apresentou a esta entidade uma proposta para execução de trabalhos fotográficos. Foi então aprovada em reunião¹⁶ a aquisição dos seus serviços para execução de trabalhos fotográficos destinados a propaganda turística, sendo adquirida um colecção de imagens 13x18cm e ficando mais uma vez encarregue de tratar da aquisição da colecção de postais o Sr. Dr. António Fialho Pinto. Foi neste ano de 1936 que organizou em Lisboa uma exposição de fotografia com *“os mais curiosos e pitorescos aspectos da nossa terra”*, exposição que o mesmo tinha previsto também organizar em Moura mas que acabou por não se realizar devido à falta de local adequado, parte das imagens que constituíam esta colecção foram posteriormente adquiridas pelo Município e pela Comissão de Iniciativa e Turismo.

A sua actividade fotográfica em Moura, iniciou-se ainda sem atelier instalado, trabalhava a partir da “Pensão Mourense”, junto ao caminho-de-ferro, onde aceitava encomendas e se deslocava a casa de quem solicitasse os seus serviços. Assim funcionou até final de 1937, no ano seguinte instala o seu primeiro atelier na Rua de Arouche, nº 45 onde funcionou até ao início dos anos 40, mudando-se depois para a Rua Santana e Costa, nº39.

As suas colecções foram sucessivamente ampliadas, e os pedidos para execução de trabalhos aumentaram significativamente, fruto do reconhecimento do seu trabalho.

Em 1938, ano em que esgotou a primeira colecção de postais fotográficos, amplia a colecção com novos aspectos, incluído a colecção de desenhos à pena que António Franco utilizou na exposição realizada entre 1 e 10 de Junho desse ano no Grémio Alentejano, as imagens foram colocadas à venda nas principais casas comerciais.

¹⁵ O Código Administrativo de 1937 ditou a extinção das Comissões de Iniciativa e Turismo e Criação de Comissões Municipais de Turismo. Estipulava o mesmo código que devia presidir à Comissão o detentor do pelouro do Turismo, em cumprimento desta disposição legal, António Fialho Pinto nomeado Presidente da Câmara em Dezembro de 1937 detinha o pelouro do Turismo ocupando desta forma o cargo de Presidente da Comissão Municipal de Turismo, funções que desempenhou até Março de 1940, altura em que se afastou de todos os cargos políticos

¹⁶ Reunião de 8 de Maio de 1936. Livro de Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo de Moura, 15 de Setembro de 1932 a 31 de Dezembro de 1936, fl. 57v, AMMRA.

O ano de 1939 marca um novo desafio, a participação no livro “Etnografia” do Professor Leite de Vasconcelos para o qual contribuiu com vários clichés da vila de Moura e que obtiveram o maior apreço por parte do autor. Os seus trabalhos podiam ser apreciados a partir deste ano no Café Regional¹⁷ situado na Rua da República, que transformou uma das suas paredes numa galeria com cópias de clichés de Zambrano Gomes.

Em 1940 para além da colaboração com Bento Caeiro no livro sobre Santo Aleixo, realizou uma colecção de fotografias dedicada a Serpa e promove em Moura juntamente com o “Jornal de Moura” um passatempo entre os assinantes, no qual foi sorteado uma fotografia artística do seu arquivo.

Em 1941 a rotina do quotidiano é interrompida pela queda do quadrimotor alemão. Sendo chamado para o fotografar, realiza uma reportagem fotográfica e coloca à venda quatro reproduções em formato 13x18 a 5\$00 cada. O início da década de 40 é marcado também por uma viragem no tipo de trabalho da Foto-Zambrano, ditada pelo aparecimento de outra casa da especialidade a Foto-Arte, propriedade de Mário Macedo, situada na Praça Gago Coutinho e especializada em ampliações e passes. Desta forma inicia em 1942 a produção de ampliações, bilhetes de identidade e cinéfilos. A partir de 1944 inicia a produção de fotografias publicitárias cujos primeiros clientes foram a empresa “Sociedade Comercial de Moura”, “Sociedade de Móveis Regilta” e a “Fábrica Santo António dos Quartéis”. Em 1945 começou a produção de fotografias em esmalte para anéis, medalhas e mausoléus, e em 1946 começa a revelar rolos de provas para amadores, especializando-se nesse ano em reportagens fotográficas de casamentos e baptizados.

A última fotografia publicada de sua autoria foi a produzida para o anúncio da Auto Mecânica Mourense publicada no Jornal “A Planície”

Para além do concelho de Moura que fotografou entre 1934-1952, fotografou também Aldeia Nova de São Bento, Barrancos, Ficalho e Serpa entre 1936-1940.

A técnica

Enquanto operador cinematográfico utilizou uma máquina de filmar Ernemann-Werke¹⁸ de fabrico alemão, é possível que para fotografar tivesse utilizado inicialmente uma máquina da mesma marca.

O facto de ter editado um variado numero de fototipias em colecções de postais, e utilizado esta técnica até muito tardiamente, quando já existia revelação em laboratório, prova que não sendo a actividade fotográfica a sua principal ocupação, os clichés produzidos eram utilizados estritamente para fins comerciais e que embora dominasse razoavelmente a técnica da fotografia o mesmo não se verificava em relação ao processo de revelação, uma vez que as fototipias eram obtidas através de um processo

¹⁷ Café Regional, propriedade de Gaspar Negreiros da Fonseca. Antigo Café Prieto&Magalhães.

¹⁸ Encontra-se à Guarda do Museu Municipal de Moura.

fotomecânico¹⁹ efetuado em casas especializadas, sobretudo tipografias. A Fototipia era muito utilizada nas edições de postais durante as primeiras décadas do século XX, porque permitia imprimir muitas cópias a partir de uma mesma matriz. As casas especializadas na impressão através desta técnica, como é o caso da empresa Ocogravura Lda.²⁰, com a qual Zambrano Gomes trabalhou para a edição da colecção de postais relativos a Amareleja em 1935, obtinham fototipas facilmente confundíveis com fotografias, pois conseguiam reproduzir com enorme precisão os meios-tons e os detalhes das sombras.

A utilização da revelação de imagens através de processo químico em laboratório, impressas directamente em papel fotográfico coincide com o início da sua actividade fotográfica em Moura no ano de 1936. Utilizou a partir desta data papel fotográfico “Kodac” o que possivelmente pressupunha a utilização de uma máquina da mesma marca, por esta altura não seria o próprio a proceder à revelação das imagens, uma vez que eram os técnicos que nos laboratórios das marcas procediam à revelação, assim se justifica o facto de existirem nesta época imagens com legendas trocadas, situação que não se verificaria se fosse o próprio a realizar o processo uma vez que conhecia os locais por si fotografados. Não eram muitos os laboratórios existentes, a “Kodac” possuía nesta altura 25 laboratórios em todo o mundo, este facto justificaria as constantes idas a Lisboa durante o período em que já trabalhava em Moura, embora sem estúdio instalado.

Na década de 40 passou a utilizar papel fotográfico “Gevaert” (actual Agfa) e as imagens seriam já reveladas por si, tanto as utilizadas para postais como as encomendas de particulares. Os postais comercializados eram na verdade fotografias em formato 9X13cm que o mesmo passou a comercializar por conta própria pelo preço de 1\$00. Quando vendidos à comissão de turismo eram posteriormente marcados com o carimbo da entidade no verso. O que prova que eram de facto fotografias em tamanho normal é a existência de postais não carimbados, ou seja comercializados directamente por si, ou que colocava à venda nas casas comerciais. Para o efeito as marcas de papel fotográfico, cientes da rápida divulgação proporcionada pelos postais, fabricavam o papel no formato 9X13 com o verso dividido.

Para além do formato 9X13cm, era utilizado também o formato 13X18cm nas ampliações ou quando os clientes o solicitavam especificamente. Efectuou ainda algumas ampliações no formato 20X40cm. As ampliações eram executadas a partir de clichés já existentes. As legendas escritas à mão eram escritas numa película transparente e colocadas sobre a imagem durante o processo de revelação.

¹⁹ Este processo consistia na utilização de um cliché, preparado para impressão, com tinta forte num meio de gelatina bicromada e posteriormente exposta ao sol.

²⁰ Empresa especializada em impressão de postais, sediada em Lisboa na Rua D. Pedro Ivo. Produzia fototipias e ocogravuras, estas últimas eram obtidas pela impressão de clichés através da utilização de um cilindro de cobre oco, por isso era esta técnica designada Ocogravura

A obra de Zambrano Gomes e o interesse de Cassiano Branco

Cassiano Branco (1897-1970) foi um conceituado arquiteto português da primeira metade do Século XX, autor de uma obra vasta e multifacetada que inclui projetos idealistas, alguns deles nunca realizados na totalidade. Pertenceu ao grupo de notáveis que incluía Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo, Carlos Ramos, Cristino da Silva ou Jorge Segurado, considerados os grandes responsáveis pela mudança modernista da arquitetura portuguesa.

Não era um arquiteto do regime, a sua carreira prosseguiu por isso sem encomendas diretas para grandes construções do Estado e vivia sobretudo de encomendas privadas, mas foi chamado para o projeto da Exposição do Mundo Português em conjunto com os outros já referidos, acabando assim por não ser totalmente alheio ao estilo oficial do Estado Novo, comumente designado Português Suave, que dominou o panorama arquitetónico nacional a partir do final da década de 30.

Surge no entanto o nome deste arquitecto não a propósito da sua obra, uma vez que não é conhecido até à data qualquer projecto, estudo urbanístico ou arquitectónico para Moura ou para o concelho, mas sim pelo seu interesse na vila de Moura, inserindo-a assim no conjunto de vilas com relevante interesse para o estudo da arquitectura nacional. É neste contexto que adquiriu a Zambrano Gomes uma colecção constituída por 31 reproduções em formato 13x18 com aspectos arquitectónicos da vila de Moura, produzidas entre 1936 e 1938, cuja recolha documental dos tipos de arquitectura habitacional típica de cada região, bem como de construções ligadas a aspectos históricos e sociológicos do país permitiu estabelecer uma ligação directa com as actividades ou profissões mais expressivas do Portugal tradicional.

As imagens, tal como as que foram recolhidas em outras regiões, serviram em parte para o estudo do projeto inicial do “Portugal dos Pequenitos” cuja concepção e arquitectura estão fortemente embebidas do espírito idealista do Estado Novo.

A colecção sobre Moura permite conservar uma memória espacial e emocional inerente à alteração física dos espaços, incluindo imagens que vão desde pórticos das Igrejas de São João Baptista, Igreja de São Francisco, Igreja de Santo Agostinho e Igreja de São Pedro; Ruínas do Convento do Castelo e do Convento de Santa Clara; Interior da Igreja de São João Baptista e Igreja de Santo Agostinho; Vistas parciais; Ruas, Praças e Jardins; Brasões e um presépio na Capela Mor da Igreja de São João Baptista, antes de restaurada. Não deixa de ser no mínimo curioso, que em Lisboa estes sejam os únicos registos conhecidos da atividade fotográfica de Zambrano Gomes, tendo ele residência nesta cidade, não existindo sequer qualquer registo comercial da sua atividade enquanto fotógrafo.

Imagens



Zambrano Gomes 1950 (Arquivo Municipal de Moura)



Zambrano Gomes 1950 (Arquivo Municipal de Moura)



Rua da Republica- 1938 (Coleção particular José Francisco Finha)



Arco do Castelo - 1938 (Coleção particular José Francisco Finha)



Ruínas do Convento de Santa Clara- 1938 (Coleção particular José Francisco Finha)



Presépio da Igreja de São João Baptista- 1938
(Coleção particular José Francisco Finha)



Bancada do Estádio Maria Vitória 1942 (Coleção particular José Francisco Finha)



Bica do Moscão- 1938 (Coleção particular José Francisco Finha)



Cheias do Ardila – S/D (Coleção particular José Francisco Finha)



Cheias do Ardila – S/D (Coleção particular José Francisco Finha)



Cheias do Ardila – S/D (Coleção particular José Francisco Finha)



Abutres - Monte de Vale Carvão 1938 (Coleção particular José Miguel Gonçalves)



Ermita de Santo António - 1940 (Coleção particular José Francisco Finha)



Ponte do Ardila (Coleção particular José Francisco Finha)



Escritórios da Noudar– S/D (Coleção particular D. Isabel Cortes)



Grupo Feminino – Anos 40 – Cascata (Coleção particular José Francisco Finha)



Legião Portuguesa - Largo do Corro- Safara (Coleção particular José Francisco Finha)



Máquina de Filmar Ernemann-Werke (Museu Municipal de Moura)



Máquina de Filmar Ernemann-Werke (Museu Municipal de Moura)



Máquina de Filmar Ernemann-Werke (Museu Municipal de Moura)

Zambrano Gomes (Assinatura)

V. Ex.^a deseja uma fotografia
bem tirada?
Dirija-se à Foto-ZAMBRANO GOMES
(Pensão Mourense) — Moura

Zambrano Gomes (1936)

Fotografo Zambrano Gomes São di-
gnos de
referência especial os trabalhos
dêste distinto artista lisboeta que
há muito instalou o seu atelier nes-
ta vila.
Moura deve-lhe lindas fotogra-
fias focando os seus mais pitores-
cos e curiosos aspectos e os seus
habitantes têm nele o artista pre-
ferido para os seus «clichés» fami-
liares e artísticos.

Zambrano Gomes (1937)

Postais-Fotografias

Zambrano Gomes acaba de ampliar a sua já numerosa colecção de postais-fotografias com novos aspectos da nossa vila que o comércio vende ao público ao preço de 1\$00.

Recentemente, o mesmo artista, fotografou uma interessante colecção de desenhos de António Franco, em que figuram os motivos: Fonte das Três Bicas; Portico Manuelino de S. João; Capela da Vieira; Pulpitos Manuelinos do Carmo e S. João e interior da Igreja de S. João Baptista (monumento nacional) etc., alguns dos quais devem ser apresentados por António Franco na Exposição a realizar de 1 a 10 de Junho no Grémio Alentejano.

Zambrano Gomes anuncio postais (1937)

Fotografia Zambrano Gomes

45 - Rua de Arouche - 45

MOURA

Executam-se todos os trabalhos, com a maior perfeição, desde o bilhete de identidade, cinéfilos, ampliações, postais, etc.

Zambrano Gomes (Novembro de 1942)



Zambrano Gomes 1 (1947)



Zambrano Gomes (1945)

Bibliografia

Fontes Impressas

FRANCO, Mário Lyster, Compilação; NOBRE, Roberto, Capa e vinhetas; GOMES, Zambrano, Organização e fotografias, 1932. *“Guia-Álbum do Algarve – Sotavento”*, Lisboa,

JACOB, Vicente de Sousa neto, 1985. *“Portugal no 1º Quartel do Séc. XX documentado pelo Bilhete-postal Ilustrado”*, Câmara Municipal de Bragança, Bragança, 1985.

SENA, António, 1991. *“Uma História de Fotografia”*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

MACIAS, Santiago, 2000. *“Zambrano Gomes, Fotógrafo de Moura”*, Câmara Municipal de Moura, Moura, 2000.

Jornal de Moura, de 30 de Setembro de 1923, Ano III, nº 143, BMMRA

Jornal de Moura, de 14 de Outubro de 1923, Ano III, nº 144, BMMRA

Jornal de Moura, de 29 de Abril de 1928, Ano VIII, nº 276, BMMRA

Jornal de Moura, de 26 de Maio de 1929, Ano IX, nº 294, BMMRA

Jornal de Moura, de 5 de Janeiro de 1930, Ano X, nº 317, BMMRA

Jornal de Moura, de 10 de Agosto de 1930, Ano X, nº 328, BMMRA

Jornal de Moura, de 16 de Junho de 1932, Ano XII, nº 388, BMMRA

Jornal de Moura, de 7 de Julho de 1932, Ano XII, nº 390, BMMRA

Jornal de Moura, de 6 de Janeiro de 1934, Ano XXXIII, nº 458, BMMRA

Jornal de Moura, de 3 de Novembro de 1934, Ano XIV, nº 492, BMMRA

Jornal de Moura, de 1 de Dezembro de 1934, Ano XIV, nº 495, BMMRA

Jornal de Moura, de 9 de Fevereiro de 1935, Ano XV, nº 502, BMMRA

Jornal de Moura, de 4 de Maio de 1935, Ano XV, nº 512, BMMRA

Jornal de Moura, de 20 de Junho de 1936, Ano XVI, nº 543, BMMRA

Jornal de Moura, de 4 de Julho de 1936, Ano XVI, nº 545, BMMRA

Jornal de Moura, de 31 de Outubro de 1936, Ano XVI, nº 554, BMMRA

Jornal de Moura, de 9 de Janeiro de 1937, Ano XVII, nº 559, BMMRA

Jornal de Moura, de 3 de Abril de 1937, Ano XVII, nº 565, BMMRA

Jornal de Moura, de 24 de Julho de 1937, Ano XVII, nº 567, BMMRA

Jornal de Moura, de 4 de Setembro de 1937, Ano XVII, nº 571, BMMRA

Jornal de Moura, de 19 de Março de 1938, Ano XVIII, nº 577, BMMRA

Jornal de Moura, de 14 de Maio de 1938, Ano XVIII, nº 584, BMMRA

Jornal de Moura, de 7 de Setembro de 1938, Ano XVIII, nº 590, BMMRA

Jornal de Moura, de 8 de Abril de 1939, Ano XIX, nº 597, BMMRA

Jornal de Moura, de 9 de Setembro de 1939, Ano XIX, nº 618, BMMRA

Jornal de Moura, de 18 de Novembro de 1939, Ano XIX, nº 627, BMMRA

Jornal de Moura, de 2 de Março de 1940, Ano XX, nº 637, BMMRA

Jornal de Moura, de 16 de Março de 1940, Ano XX, nº 639, BMMRA

Jornal de Moura, de 8 de Junho de 1940, Ano XX, nº 651, BMMRA

Jornal de Moura, de 6 de Julho de 1940, Ano XX, nº 655, BMMRA

Jornal de Moura, de 24 de Janeiro de 1953, Ano XXXIII, nº 1138, BMMRA

Jornal de Moura, de 14 de Fevereiro de 1953, Ano XXXIII, nº 1140, BMMRA

Jornal de Moura, de 28 de Fevereiro de 1953, Ano XXXIII, nº 1141, BMMRA

Fontes manuscritas

Baptismos, Livro Registo de Baptismos 06 de Janeiro a 25 de Dezembro de 1903 - Paróquia de São João Baptista, ADBJA.

Livro de Caixa nº1 (Pagamentos) - Comissão de iniciativa e Turismo - 21/03/1929 a Maio de 1933, AMMRA

Livro de Caixa nº2 (Pagamentos) - Comissão de Iniciativa e Turismo - Junho de 1933 a Dezembro de 1936), AMMRA

Livro de Autorização de Pagamentos - Comissão Municipal de Turismo do Concelho de Moura - 1942 a 1957, AMMRA.

Comissão de Iniciativa e Turismo, Correspondência recebida /expedida de 16/06/1933 a 15/12/1934, AMMRA

Livro das actas da Comissão de Iniciativa e Turismo de Moura, 15 de Outubro de 1932 a 31 de Dezembro de 1936, AMMRA

Registo de Estrangeiros Residentes no Concelho, Livro 1, Câmara Municipal de Moura, Ordem nº 213,1930-1956, AMMRA

Certificado de Nacionalidade, Vice Consulado de Espanha, nº 173, 1950, AMMRA.

AMMRA - Arquivo Municipal de Moura

ADBJA - Arquivo Distrital de Beja

BMMRA - Biblioteca Municipal de Moura

Índice

Nota de Abertura Lurdes Pé-Curto Balola	3
Cerâmicas com decoração policroma do Castelo de Moura. Verde e Manganês. Parte 2 - Posto de Recepção ao Turista José Gonçalo Valente	4
Arte Tumular. Arca feral de João Fernandes e Catarina Rodrigues Pimenta e Arcossólio individual dos conquistadores de Moura, os irmãos Álvaro e Pedro Rodrigues de Gusmão José Oliveira Correia	25
Contributos para o estudo dos marcos do Convento de Santa Clara de Moura Marco Valente	35
O patriarca D. Afonso Mendes, de Santo Aleixo ao fim do sonho etíope Arlindo Manuel Caldeira	42
Zambrano Gomes José Francisco Finha	62

LACANT

2023 | edição: Câmara Municipal de Moura

